

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1250

DIFERENÇAS DE RENDA, EMPREGO E DESIGUALDADE ENTRE OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 1991 A 2000

**João Carlos R. Magalhães
Raquel A. Rabelo**

Brasília, dezembro de 2006

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1250

DIFERENÇAS DE RENDA, EMPREGO E DESIGUALDADE ENTRE OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 1991 A 2000

João Carlos R. Magalhães*
Raquel A. Rabelo**

Brasília, dezembro de 2006

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Ipea.

** Consultora do Ipea.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Paulo Bernardo Silva

Secretário-Executivo – João Bernardo de Azevedo Bringel



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretora de Administração e Finanças

Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Estudos Setoriais

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL O18, R23, R58

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A produção editorial desta publicação contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), via Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas – Rede-Ipea, o qual é operacionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do Projeto BRA/04/052.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO	8
3 CARACTERÍSTICAS REGIONAIS	23
4 CORRELAÇÕES DE PEARSON E DE ORDEM DE RANK DE SPEARMAN	32
5 CONCLUSÕES	37
REFERÊNCIAS	39
ANEXO	40

SINOPSE

Este trabalho descreve as diferenças de renda *per capita*, da participação da renda do trabalho na renda total, da participação das transferências na renda total, do percentual da população ocupada, da desigualdade de renda municipal e da taxa de pobreza entre os municípios brasileiros com dados dos censos de 1991 e 2000. Essa descrição mostra grandes diferenças econômicas e sociais entre os municípios brasileiros e o aumento das diferenças territoriais nos rendimentos do trabalho. A estimação dos coeficientes de correlação revela que a variável mais correlacionada com a redução da taxa de pobreza foi o aumento da renda *per capita*, enquanto o aumento da participação das transferências na renda dos municípios é correlacionado negativamente com a queda da taxa de pobreza.

ABSTRACT

This paper describes the differences between Brazilian municipalities in *per capita* income, participation of salaries in total income, participation of transfers in total income, percentage of working population, income inequality inside the municipality and poverty tax, using data from the 1991 and 2000. This description reviews great economic and social differences between Brazilian municipalities and the increase in the territorial salaries differences. The estimation of correlation coefficients reveals that the most correlated variable with the decrease in the poverty tax was the increase in *per capita* income, meanwhile the increase in the participation of government transfers in the municipality income was negatively correlated with the decrease in the poverty tax.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil se destaca pela existência de grandes diferenças econômicas e sociais entre seus habitantes e em seu território. A compreensão dos determinantes das desigualdades e a formulação de políticas eficientes em reduzi-las tem preocupado a maior parte dos políticos, economistas e sociólogos brasileiros. Uma parte desses sociólogos e economistas acredita que tais diferenças ocorrem ao longo de todo o território nacional e são mais significativas dentro dos municípios do que entre municípios e regiões do país. Acreditam também que o combate à pobreza será mais eficiente por meio de políticas universais, como as políticas de transferência de renda, que não se diferenciam ao longo do território, e que as barreiras à migração no país são muito pequenas e é eficiente estimular a migração dos brasileiros para locais com melhores condições de vida do que desenvolver locais atrasados.

Contrapõe-se a este grupo a visão de que o território é um determinante importante das desigualdades no Brasil e que este não pode deixar de ser considerado na formulação de políticas eficientes de desenvolvimento. Algumas dessas políticas incluem o desenvolvimento de infra-estrutura, como represas e rodovias; apoio à agricultura, incluindo-se agricultura familiar; apoio a projetos desenvolvidos pela comunidade local; incentivos fiscais federais e estaduais para a localização industrial; o desenvolvimento de serviços e amenidades urbanas em cidades secundárias. Cidades secundárias são cidades médias que podem ser os pólos de desenvolvimento de cidades pequenas e periféricas. A implementação de políticas territoriais é justificada por vários motivos: pela crença de que existem vantagens comparativas locais não exploradas; porque as políticas de redução da pobreza provavelmente serão mais baratas e eficientes quando consideram as condições locais em que seus beneficiários vivem; porque o desenvolvimento das cidades menores reduzirá a migração para os centros urbanos e, por consequência, a necessidade de implementar políticas redutoras dos custos de aglomeração, como a violência, o trânsito e as más condições de moradia.

A seção seguinte a esta introdução procura descrever a magnitude das diferenças da renda *per capita*, da participação das transferências na renda e dos rendimentos do trabalho na renda, do percentual da população ocupada, da desigualdade de renda e da taxa de pobreza dos municípios brasileiros e observar se essas diferenças acentuaram-se na década de 1990. A seção três apresenta as diferenças intra-regionais para mostrar a importância do desenvolvimento e implementação de políticas distintas não apenas entre as regiões, mas dentro das regiões e dentro dos estados. Para caracterizar os municípios que tiveram a maior queda na taxa de pobreza e na desigualdade entre 1991 e 2000 são estimados coeficientes de correlação entre todas as variáveis estudadas. Os coeficientes de correlação são estimados por meio do método paramétrico de Pearson e de ordem de *rank* de Spearman na seção quatro. Na seção cinco, são apresentadas as conclusões do trabalho.

2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO

2.1 RENDA *PER CAPITA*

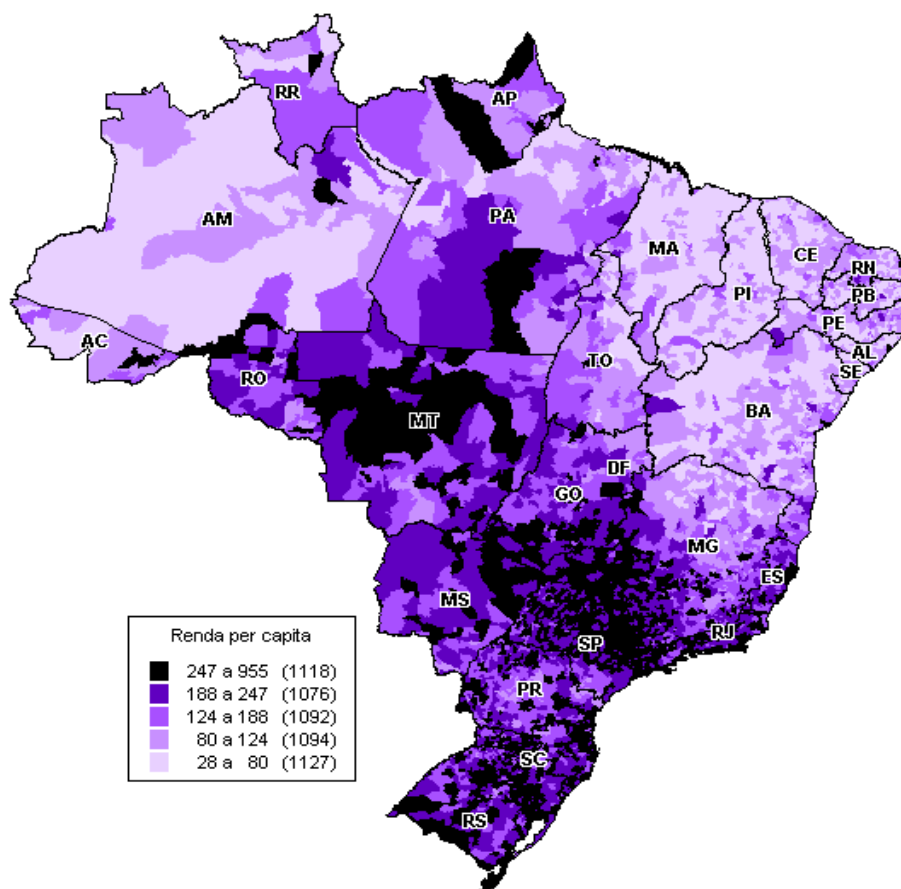
A renda *per capita* dos municípios é obtida a partir do censo demográfico brasileiro dos anos 1991 e 2000 e calculada pela razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda *per capita* de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros desta. Os valores aqui utilizados são expressos em reais de 1^a de agosto de 2000. A renda *per capita* é um somatório da renda do trabalho (principal e secundários), juros e dividendos, aluguéis, doações, abono permanência e transferências governamentais.

A renda *per capita* é um dos principais indicadores da qualidade de vida dos habitantes do município. Se as diferenças de renda *per capita* entre as regiões brasileiras são significativas, como a diferença entre o Sul e Nordeste, de 2,76 vezes, são maiores as diferenças entre os estados e maiores ainda entre os municípios brasileiros: a tabela 1 nos mostra que no ano 2000 a renda *per capita* do município de Águas de São Pedro – (R\$ 954,65), no Estado de São Paulo, era 34 vezes maior que a do Centro do Guilherme – R\$ 28,4 –, no Estado do Maranhão. Essa tabela nos mostra que são grandes também as diferenças de renda entre os municípios do mesmo estado: o que tem a menor diferença é o Paraná, em que o município mais rico tem uma renda 5,75 vezes maior que o município mais pobre; e o estado com maior diferença é o Piauí: 8,83 vezes. Também pode-se descrever as disparidades de renda entre municípios pelo percentual de pessoas que recebem renda abaixo de 75,5 R\$ (linha de pobreza). Ainda no ano de 2000, enquanto apenas 15,8% da população de Nova Roma do Sul viviam abaixo da linha de pobreza, 87% da população de Uiramatã, no Estado de Roraima, viviam abaixo da linha de pobreza.

Tradicionalmente, as políticas de desenvolvimento territorial no Brasil se baseiam no recorte regional do território nacional. Muitas políticas foram implementadas, principalmente até a década de 1980, para evitar o processo natural de concentração das atividades econômicas no Sul e Sudeste do país, regiões mais ricas e que dispõem de maior infra-estrutura e mão de obra qualificada. Pode-se argumentar que essas políticas foram eficientes, pois vários trabalhos empíricos mostram a ocorrência de um processo lento de convergência da renda *per capita* entre os estados brasileiros até 1985.¹

1. Ver Azzoni (2001), que trabalhou com dados de 1939 a 1985, e Ferreira e Diniz (1995), que utilizou dados de 1970 a 1985.

MAPA 1

Renda *per capita* municipal (2000)

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

A literatura empírica, no entanto, mostra que a partir do ano de 1985 houve uma retomada da divergência da renda entre os estados brasileiros.² Também foram realizados testes de convergência da renda *per capita* entre os de municípios brasileiros. Magalhães e Miranda (2005) mostram a existência de um processo de divergência de renda *per capita* entre os municípios brasileiros entre 1970 e 2000, em que a renda *per capita* da maior parte dos municípios do Norte e Nordeste converge para um terço da renda *per capita* dos municípios restantes, em sua maioria localizados no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Caso se pretenda utilizar esses resultados para interpretar a dinâmica da qualidade de vida entre os residentes de diferentes regiões do Brasil, não se pode esquecer que a densidade populacional varia intensamente entre os municípios brasileiros, como nos mostra o mapa 2. Ou seja, apesar de a renda *per capita* da maior parte dos municípios do Norte e Nordeste caminhar para um terço da renda de longo prazo do restante dos municípios, isso não significa que a renda *per capita* de longo prazo dos nortistas e nordestinos será um terço menor que a do restante do país, pois a densidade populacional pode ser bem maior nos municípios mais dinâmicos e mais ricos dessas regiões e os municípios mais pobres e menos dinâmicos devem perder população para os municípios mais dinâmicos.

2. Ver Azzoni (2001), Ferreira (1998), Pontual e Porto Júnior (2000).

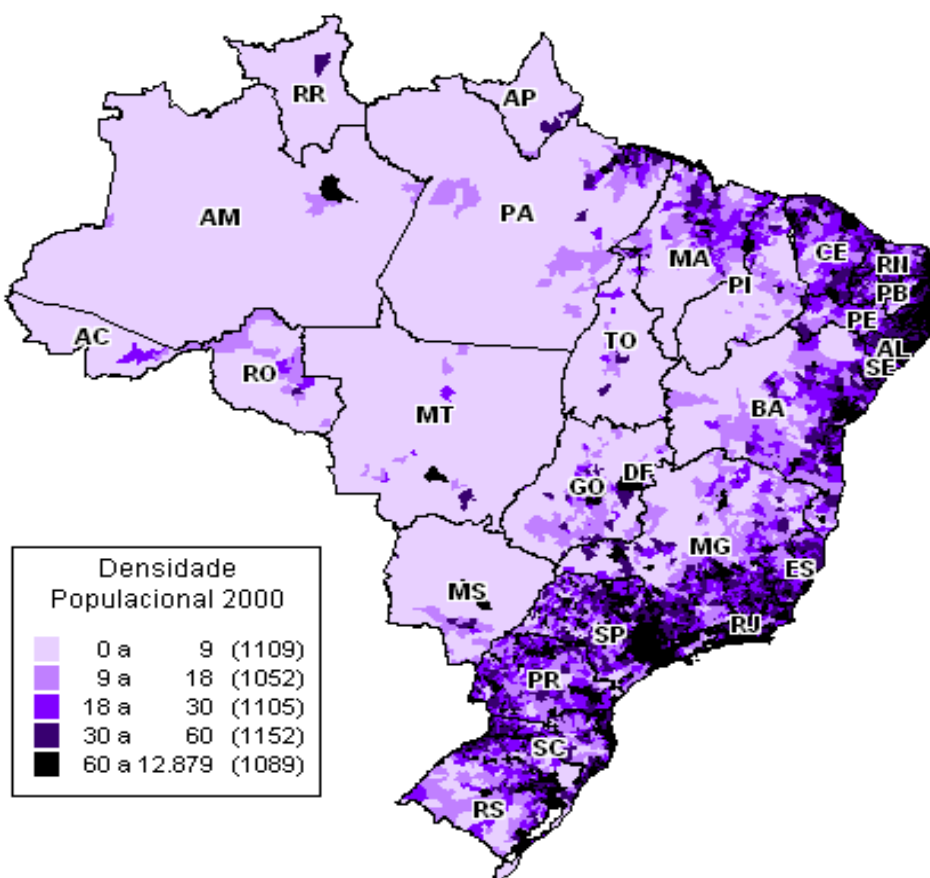
TABELA 1

Classificação dos municípios por estado, segundo suas rendas *per capita* (2000)

UF	Classificação	Municípios	Renda per Capita	UF	Classificação	Municípios	Renda per capita
SP	1ª	Águas de São Pedro	954,65	RJ	91ª	São F. de Itabapoana	156,00
RJ	1ª	Niterói	809,18	ES	77ª	Mucurici	118,95
RS	1ª	Porto Alegre	709,88	MT	126ª	Porto Estrela	112,74
SC	1ª	Florianópolis	701,42	RO	52ª	Alto Alegre do Parecis	111,78
ES	1ª	Vitória	667,68	SP	645ª	Itaóca	107,89
PR	1ª	Curitiba	619,82	SC	293ª	Entre Rios	107,87
PE	1ª	Fernando de Noronha (DE)	558,95	RS	467ª	Redentora	96,63
MG	1ª	Belo Horizonte	557,44	MS	77ª	Japorã	88,74
MT	1ª	Campo Novo do Parecis	514,43	PR	399ª	Doutor Ulysses	86,00
GO	1ª	Goiânia	508,30	AP	16ª	Cutias	77,43
MS	1ª	Chapadão do Sul	451,52	GO	242ª	Buritópolis	68,89
TO	1ª	Palmas	358,05	PA	143ª	Melgaço	51,50
SE	1ª	Aracaju	352,74	TO	139ª	Lagoa do Tocantins	49,81
BA	1ª	Salvador	341,32	MG	853ª	Bonito de Minas	49,12
RN	1ª	Natal	339,92	RR	15ª	Uiramutã	49,08
PB	1ª	João Pessoa	334,69	SE	75ª	Poço Redondo	46,87
PA	1ª	Belém	313,93	CE	184ª	Tarrafas	46,35
CE	1ª	Fortaleza	306,70	PB	223ª	Cacimbas	42,16
RO	1ª	Porto Velho	305,21	RN	166ª	Venha-Ver	41,55
RR	1ª	Boa Vista	299,46	BA	415ª	Buritirama	40,52
AL	1ª	Maceió	282,99	AL	101ª	Poço das Trincheiras	37,61
AC	1ª	Rio Branco	264,43	AM	62ª	Guajará	36,96
AM	1ª	Manaus	262,40	PI	221ª	Betânia do Piauí	35,49
AP	1ª	Oiapoque	257,93	AC	22ª	Jordão	34,53
MA	1ª	São Luís	252,13	PE	185ª	Manari	30,43
PI	1ª	Teresina	250,69	MA	217ª	Centro do Guilherme	28,38

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

MAPA 2

Densidade populacional (2000)

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

A tabela 2 e o mapa 3 nos mostram que, na década de 1990, a região Sul, que já tinha a maior renda *per capita* do país, se destacou com uma taxa de crescimento bem acima da média nacional, enquanto o Norte, segunda região mais pobre, teve um resultado decepcionante. As três regiões restantes tiveram taxas de crescimento próximas à média nacional. Esse processo revela uma manutenção da desigualdade entre as regiões brasileiras, pois as regiões mais pobres do Brasil não cresceram significativamente acima do crescimento médio brasileiro. Pode-se salientar o fato da taxa de crescimento do Centro-Oeste ter sido um pouco mais elevada que a taxa de crescimento brasileira e mais elevada que a taxa de crescimento do Sudeste, o que revela um processo de convergência da renda *per capita* do Centro-Oeste em relação à do Sudeste.

TABELA 2

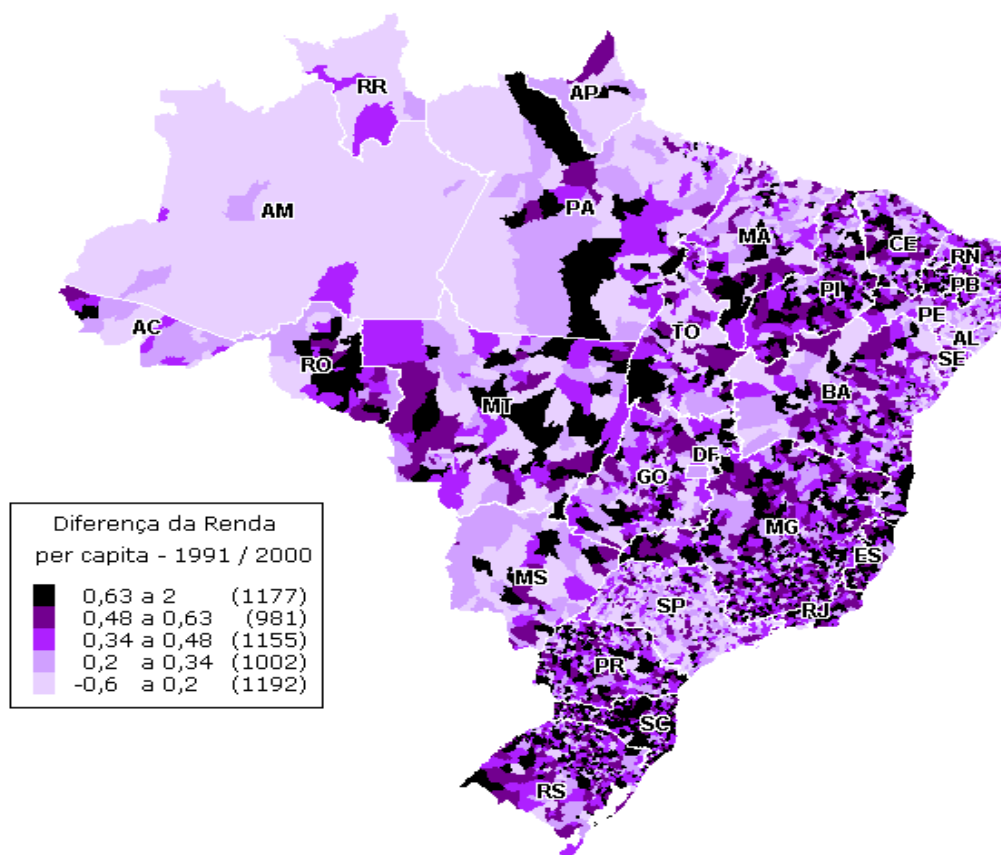
Evolução da renda *per capita* e da participação da renda do trabalho na renda total das regiões brasileiras entre 1991 e 2000 (média ponderada pela população)

Região	Renda 91	Renda 00	Taxa anual de crescimento	% da renda do trabalho na renda, 91	% da renda do trabalho na renda, 00	Taxa anual de crescimento
Norte	111,03	131,08	1,86%	86,15	67,19	-2,72%
Nordeste	82,81	113,56	3,57%	80,91	60,48	-3,18%
Sudeste	209,7	277,65	3,17%	83,14	69,68	-1,94%
Sul	218,01	313,37	4,11%	84,55	72,19	-1,74%
Centro-Oeste	168,85	235,93	3,79%	88,26	73,90	-1,95%
Brasil	146,68	199,87	3,50%	83,24	67,56	-2,29%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

MAPA 3

Crescimento da renda *per capita* municipal entre 1991 e 2000



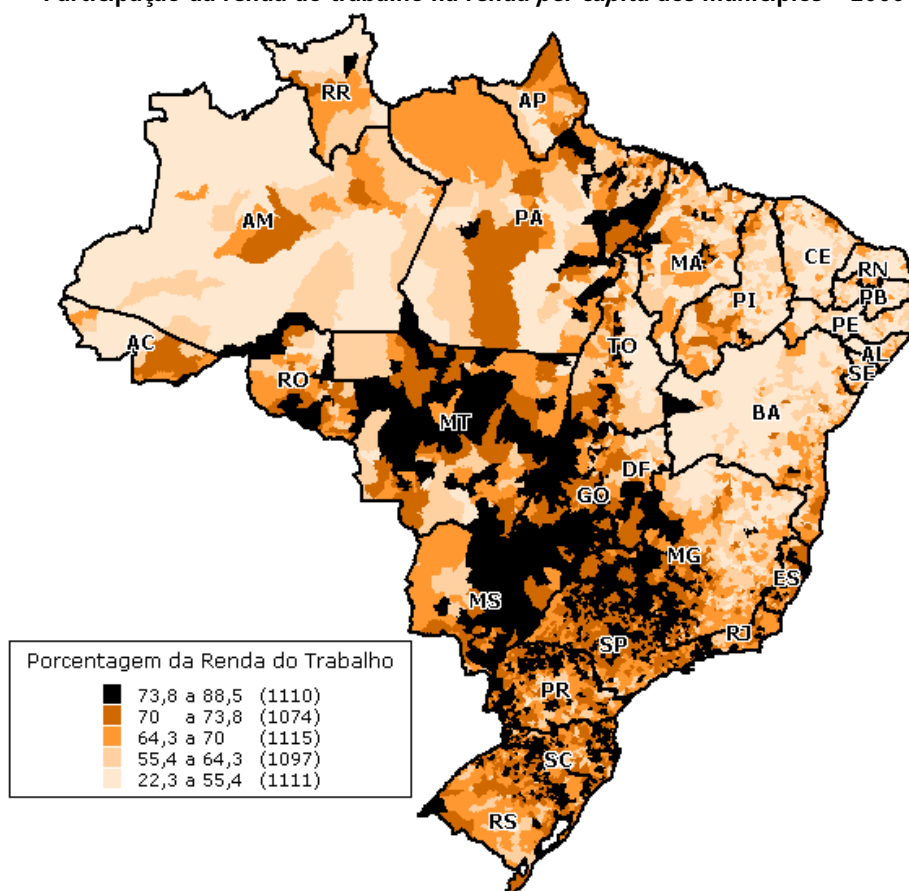
Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

2.2 PARTICIPAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS NA RENDA TOTAL E DA RENDA DO TRABALHO NA RENDA TOTAL

O mapa 4 revela a enorme diferença da contribuição do trabalho para a renda *per capita* dos municípios brasileiros: enquanto em um quinto dos municípios a renda do trabalho responde por apenas entre 22,3% e 55,4% da renda *per capita*, no quintil superior ela responde por valores entre 73,8% e 88,5%. Também pode-se observar nessa figura que o mercado de trabalho é mais importante para a formação da renda *per capita* nos municípios das regiões mais ricas do país, Sul Sudeste e Centro-Oeste.

MAPA 4

Participação da renda do trabalho na renda *per capita* dos municípios – 2000



Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

Outro ponto interessante que podemos observar (tabelas 2, 3 e 4, gráficos 1 e 2 e o mapa 4) é a queda da participação da renda do trabalho na renda *per capita*. Essa queda se deve ao aumento das transferências e pensões do governo federal aos municípios brasileiros, processo que se iniciou pela Constituição de 1988. Esta promoveu uma descentralização dos recursos da União, mas não de suas atribuições, enquanto não ampliou as responsabilidades dos estados e municípios.

TABELA 3

**Evolução do salário e das transferências nas regiões brasileiras entre 1991 e 2000
(média ponderada pela população)**

	Renda do trabalho 91	Renda do trabalho 00	Taxa anual de crescimento	% transferências na renda91	% transferências na renda 00	Transferências 91	Transferências 00	Taxa anual de crescimento
Norte	95,65	88,07	-0,91%	5,83%	11,47%	6,47	15,03	9,83%
Nordeste	67,00	68,68	0,28%	12,23%	21,09%	10,12	23,95	10,04%
Sudeste	174,34	193,46	1,16%	10,17%	16,42%	21,32	45,58	8,81%
Sul	184,32	226,23	2,30%	8,87%	16,39%	19,34	51,36	11,46%
Centro-Oeste	149,02	174,35	1,76%	5,99%	11,42%	10,12	26,93	11,49%
Brasil	122,09	135,04	1,13%	9,87%	17,12%	14,48	34,22	10,03%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 4

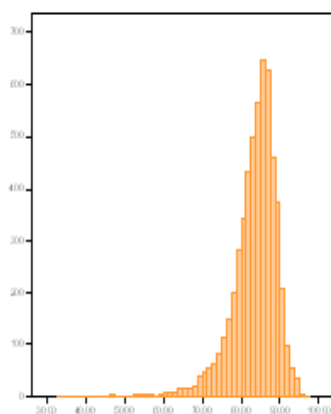
Evolução da renda *per capita* e da participação da renda do trabalho na renda *per capita* nos municípios brasileiros entre 1991 e 2000 (média não ponderada)

Região	Renda <i>per capita</i> 91	Renda <i>per capita</i> 00	Taxa anual de crescimento	% da renda do trabalho na renda, 91	% da renda do trabalho na renda, 00	Taxa anual de crescimento
Norte	98,58	120,47	2,25%	85,18%	61,45%	-3,56%
Nordeste	67,86	92,77	3,54%	80,02%	54,96%	-4,09%
Sudeste	222,74	276,32	2,42%	84,41%	68,65%	-2,27%
Sul	168,61	246,73	4,32%	84,94%	71,53%	-1,89%
Centro-Oeste	154,31	209,16	3,44%	88,07%	71,77%	-2,25%
Brasil	122,99	170,81	3,72%	83,45%	64,48%	-2,83%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

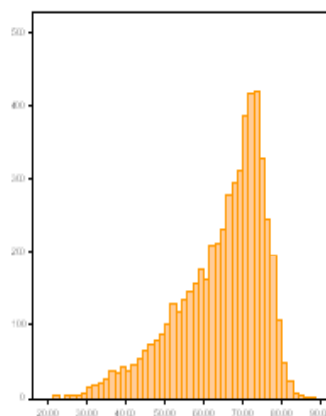
Histograma 1

Participação da renda do trabalho na renda total (1991)



Histograma 2

Participação da renda do trabalho na renda total (2000)



Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

Os municípios ampliaram seu envolvimento nas atividades em que a capacidade financeira da União foi diminuída, enquanto o governo federal concentrou sua atuação na área social em programas que se voltam para a cobertura dos riscos associados ao desemprego, à velhice e à invalidez, exigindo um maior empenho de estados e municípios no direcionamento de seus recursos para as atividades que visam igualar as oportunidades de mobilidade social, mediante investimento no ensino básico, na saúde, na assistência social e na atenção aos grupos mais vulneráveis da

população.³ Como as transferências aos municípios variam inversamente com o número de habitantes dos municípios, o aumento no número de municípios pequenos e de baixa renda na década de 1990 fez que as transferências governamentais passassem a desempenhar um papel ainda mais significativo na renda *per capita* dos municípios brasileiros. No caso dos municípios mais pobres, destaca-se a entrada das aposentadorias rurais como fonte de renda e de estímulo ao desenvolvimento da economia local.

Pela tabela 2 pode-se observar que a participação da renda do trabalho na renda total caiu mais nos regiões mais pobres. O aumento das transferências teve maior impacto nos municípios com menor renda *per capita* pela existência de programas focalizados em famílias pobres, pelo fato de as transferências não dependerem do nível de renda *per capita* dos municípios e serem maiores para municípios menos populosos, que geralmente são mais pobres.

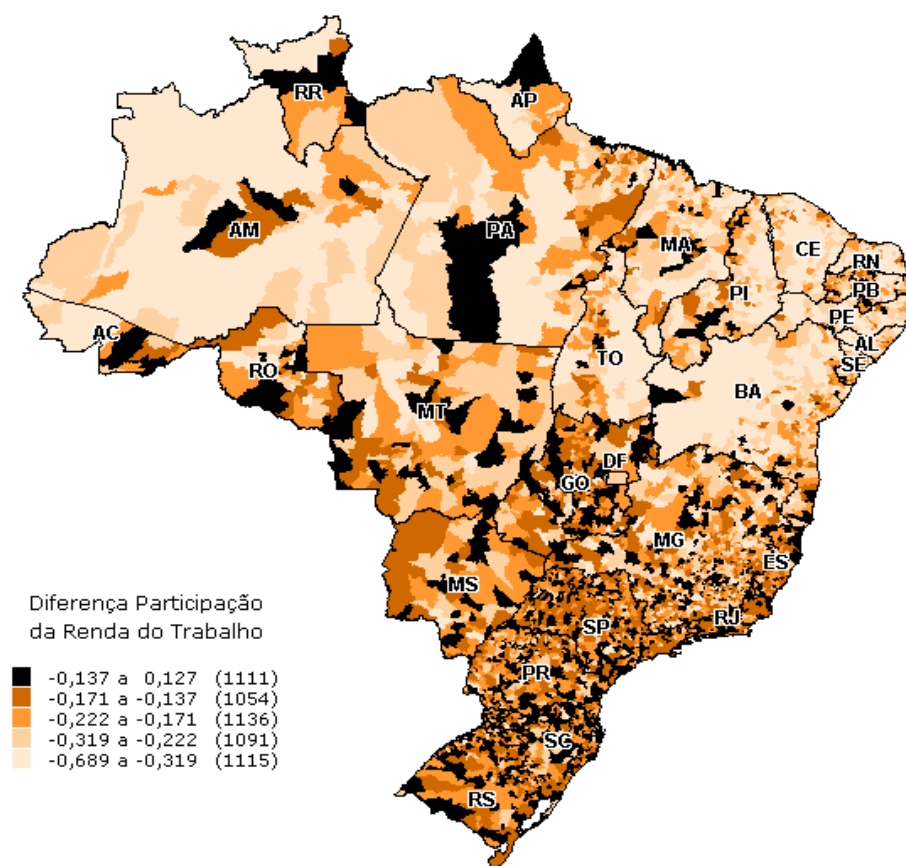
Um dos programas focalizados em famílias pobres foi o Bolsa Escola. O projeto Bolsa-Escola foi implantado no Distrito Federal, em 1995, pelo então governador Cristovam Buarque para combater o trabalho infantil e garantir a universalização da educação fundamental entre as crianças brasileiras com o pagamento de um salário mínimo para cada família que mantinha seus filhos na escola. Os resultados positivos do programa, as repercussões na mídia e os prêmios recebidos fizeram que o Bolsa-Escola fosse adotado por diversos municípios governados por diferentes partidos políticos. Vários estados brasileiros implementaram uma variação do programa entre 1995 e 1999: Amapá, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Acre. Somente em abril de 2001, período fora da base de dados deste trabalho, o Bolsa-Escola se tornou um programa federal.⁴

O grande aumento das transferências da década de 1990 compensou a queda dos salários no Norte e o pequeno crescimento no Nordeste, (tabela 3), a ponto de manter a suas taxas de crescimento próximas às do Sudeste e Centro-Oeste, como mostra o mapa 3. É importante observar que o aumento percentual das transferências não poderá ser um processo contínuo, dada a existência de restrições fiscais; e, caso o desempenho do mercado de trabalho do Norte e Nordeste da década de 1990 se mantenha no longo prazo, haverá um aumento da desigualdade regional no Brasil.

3. Em face das maiores facilidades criadas pela Constituição de 1988 no tocante às regras para a emancipação de antigos distritos e do incentivo financeiro concedido pelo critério de rateio do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), que beneficia os municípios menos populosos, centenas de novos municípios foram criados em todo o país a partir de 1988: o número total de municípios que compõem a Federação aumentou de 4.291 municípios em 1991 para 5.507 em 2000.

4. Atualmente, mais de 5.500 municípios contam com recursos federais que atingem cerca de 5,1 milhões de famílias pobres com auxílio financeiro em contrapartida à manutenção dos filhos na escola. Em outubro de 2003 foi lançado o Bolsa-Família, unificando quatro programas de transferência de renda existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação) para famílias que recebam renda mensal por pessoa de até R\$ 100. Carro-chefe da política social do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa-Família agrupou os programas assistenciais do governo FHC. Também foi ampliado o número de famílias atendidas e o investimento em transferência de renda mais que dobrou em relação ao último ano da gestão FHC, em valores correntes.

Evolução da participação da renda do trabalho na renda *per capita* dos municípios entre 1991 e 2000



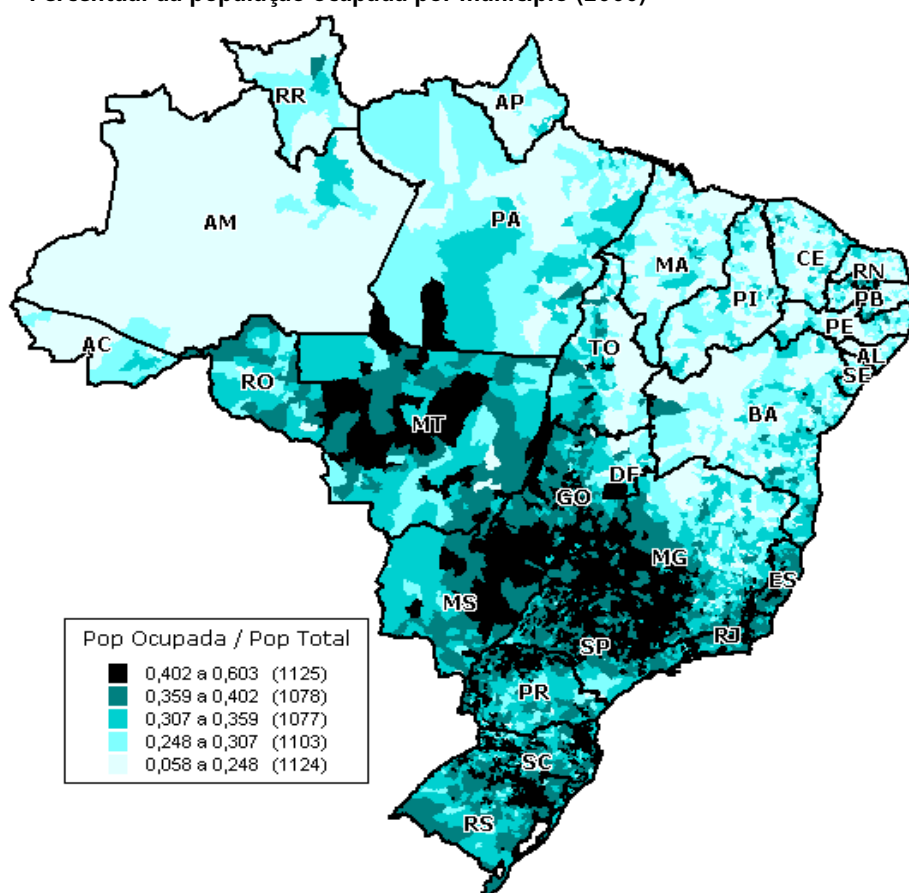
Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

A tabela 4 apresenta a média regional não ponderada da renda *per capita* dos municípios. Como cada município recebe o mesmo peso, esse cálculo fornece maior relevância aos municípios pequenos e rurais que no cálculo anterior. Neste novo cálculo as taxas de crescimento do Nordeste e Centro-Oeste mudam suas posições relativas, mas se mantêm próximas à média nacional; a taxa de crescimento do Sul torna-se ainda maior enquanto a do Sudeste diminui. O fato de a taxa de crescimento do Sul ser maior no cálculo não ponderado mostra que o crescimento foi maior nos municípios menos populosos. Como a renda *per capita* dos municípios menos populosos tende a ser menor que a dos municípios mais populosos, como demonstra a tabela 3, esse resultado revela um processo de distribuição de renda dentro do Sul. Fato contrário ocorre no Sudeste, ou seja, maior taxa de crescimento nas cidades mais ricas e mais populosas da região.

2.3 EMPREGO

O mapa 6 nos mostra que os municípios que possuem taxas mais elevadas da população ocupada se localizam, em sua maioria, no Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Percentual da população ocupada por município (2000)



Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

Como a população brasileira cresceu em 23,06 milhões, entre 1991 e 2000, a tabela 5 nos mostra que surgiram 5,43 milhões postos de trabalho. Isso representou uma queda de 1,91% na razão entre a População Ocupada (PO) e a População Total (PT). O pior desempenho ocorreu no Nordeste: enquanto sua população cresceu em 1,31% ao ano, o emprego cresceu em apenas 0,05% ao ano. Em seguida vieram as Regiões Norte, Sul e Sudeste, distribuição espacial que pode ser vista na figura 7. A Região Centro-Oeste destacou-se por ser a única região em que a oferta de emprego cresceu mais que a população.

TABELA 5

Taxa de crescimento do percentual da população ocupada de cada região brasileira

Regiões	PO_{91} / PT_{91}	PO_{00} / PT_{00}	Taxa de crescimento anual
Norte	31,39%	29,62%	-0,64%
Nordeste	32,48%	29,01%	-1,25%
Sudeste	40,25%	39,07%	-0,33%
Sul	42,36%	40,30%	-0,55%
Centro-Oeste	39,41%	39,68%	0,08%
Brasil	37,66%	35,75%	-0,58%

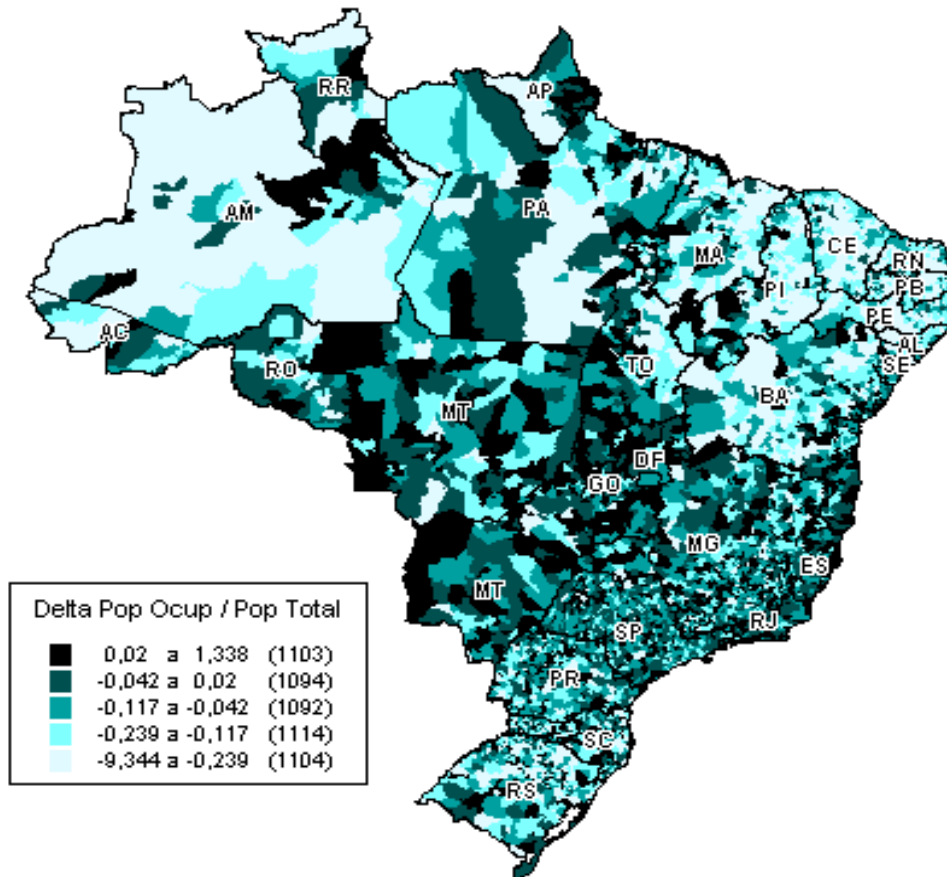
Fonte: Elaborada pelo Ipea/Dirur a partir de dados do Censo de 1991 e 2000.

A queda na oferta de emprego na década de 1990 resultou de grandes alterações no mercado de trabalho brasileiro. Uma característica desse processo foi o aumento da informalidade, que pode indicar uma redução no nível de remuneração dos

trabalhadores e deterioração de mecanismos de proteção ao trabalhador e de benefícios sociais. Também ocorreram avanços em pesquisas de ponta, que viabilizaram saltos de produtividade em setores como telecomunicações, eletrônica, automação, novos materiais e bioengenharia. Esses saltos resultaram em crescimento dos salários reais dos empregados e aumento na demanda por mão-de-obra mais especializada, mas em redução na taxa de geração de ocupações. O processo de automação no setor de serviços também reduziu a capacidade desse setor absorver os excedentes de pessoal da indústria.

MAPA 7

Evolução do percentual da população ocupada por município



Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

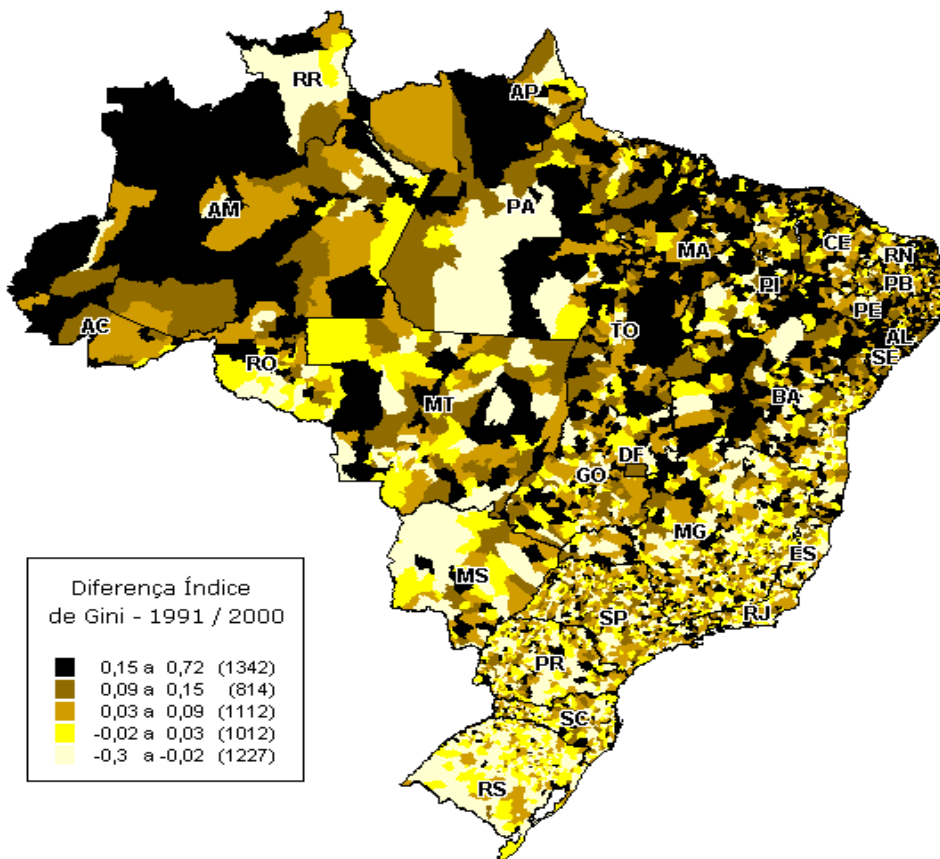
2.4 DESIGUALDADE DE RENDA NOS MUNICÍPIOS

Além das diferenças de renda *per capita* entre municípios, também existem diferenças significativas entre as distribuições de renda nos municípios, como podemos observar a partir do índice de Gini. O índice de Gini varia de 0, quando não há desigualdade (todos os indivíduos recebem a mesma renda), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um morador detém toda a renda do município e a renda de todos os outros moradores é nula). Entre 1991 e 2000, o índice de Gini cresceu em 3.654 municípios brasileiros (66%), manteve-se constante em 370 municípios e caiu em 1.483 municípios; ou seja, a desigualdade diminuiu em apenas 27% dos municípios brasileiros, conforme mapa 8. Por outro lado, esse mesmo índice calculado para o Brasil demonstra uma queda da desigualdade entre 1989 (0,63) e 2004 (0,56), o que reduziu o Brasil no *ranking* mundial da desigualdade do segundo para o décimo lugar.

Ferreira *et al.* (2006) demonstram que entre os principais fatores para a queda da desigualdade no Brasil estão: a queda da inflação; queda nos retornos da educação; convergência urbano rural; aumento nas transferências via assistência social focados nos pobres; e uma possível queda na desigualdade racial. Herrán (2005) conclui que o principal determinante para a redução da desigualdade e para o crescimento econômico no Brasil é a produtividade do trabalho. Um crescimento lento e defasado da produtividade do trabalho explica o fato de a renda *per capita* brasileira ser menor que a de outros países e, ao mesmo tempo, as diferenças de produtividade do trabalho explicam mais de 60% da desigualdade da renda *per capita* no país. Assim, políticas para reduzir a pobreza e a desigualdade deveriam focar-se nos fatores estruturais que determinam a produtividade do trabalho, a qualificação dos trabalhadores e a qualidade dos trabalhos criados.

MAPA 8

Crescimento do Índice de Gini entre 1991 e 2000

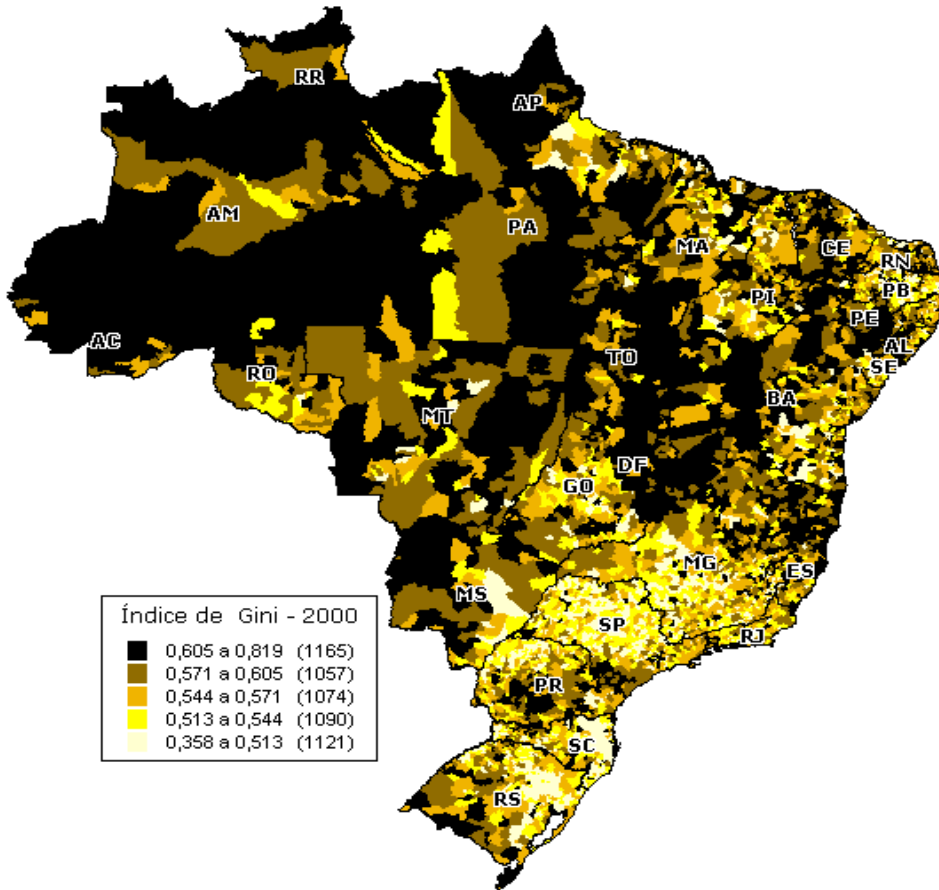


Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

No mapa 9 e histogramas 3 e 4 pode-se observar que o grau de desigualdade da renda varia significativamente entre os municípios brasileiros. A maior parte dos municípios do Norte e Centro-Oeste entra nas duas categorias superiores de desigualdade: preto e marrom escuro. No Sudeste, os piores índices predominam no norte de Minas Gerais, Espírito Santo e sul do Estado de São Paulo. No Nordeste ela está mais presente no Ceará, Pernambuco, Bahia e Alagoas, enquanto na região Sul

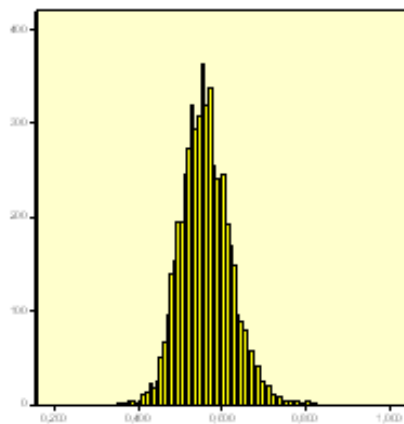
destaca-se o centro do Paraná e o sul do Rio Grande do Sul. Ou seja, apesar de grande parte dos municípios pretos se localizar no Norte e Centro-Oeste eles existem em todo o território nacional, independentemente do nível de renda dos municípios.

MAPA 9
Índice de Gini – 2000

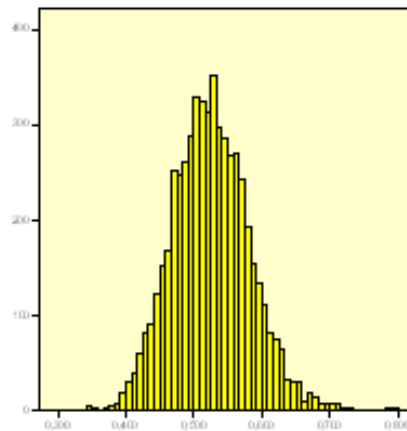


Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

HISTOGRAMA 3
Índice de Gini – 2000

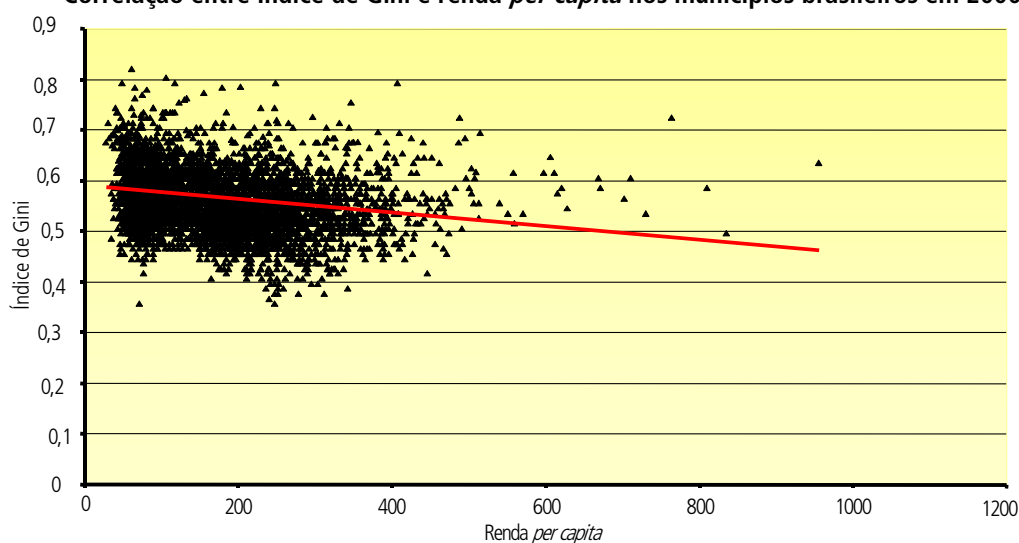


HISTOGRAMA 4
Índice de Gini – 2000



Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

GRÁFICO 1

Correlação entre Índice de Gini e renda *per capita* nos municípios brasileiros em 2000

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

No gráfico 1 observa-se uma correlação levemente negativa entre o índice de Gini e a renda *per capita* dos municípios brasileiros, que mostra que a renda em geral é mais bem distribuída nos municípios mais ricos. Essa correlação, no entanto, não é clara, pois o gráfico mostra uma grande dispersão da desigualdade entre municípios com mesmos níveis de renda; ou seja, a desigualdade se deve a vários fatores não correlacionados com o nível de renda e o aumento, ou queda, da mesma não se explica pelo aumento, ou queda, da renda *per capita* do município.

TABELA 6

Classificação dos municípios por estado, segundo o Índice de Gini (2000)

UF	Classificação por UF	Municípios	Índice de Gni	UF	Classificação por UF	Municípios	Índice de Gini
BA	1ª	Barra do Choça	0,358	AM	62	Jutai	0,819
RS	1ª	Santa Maria do Herval	0,359	RS	467	Santa Vitória do Palmar	0,804
SC	1ª	Benedito Novo	0,388	MS	77	Miranda	0,803
SP	1ª	Ariranha	0,423	RR	15	Uiramutã	0,796
PR	1ª	Paçandu	0,432	BA	415	Formosa do Rio Preto	0,795
MG	1ª	Capitólio	0,438	PE	185	Trindade	0,786
MA	1ª	Cândido Mendes	0,445	GO	242ª	Mozarlândia	0,78
SE	1ª	São Domingos	0,455	TO	139ª	Goiatins	0,77
RJ	1ª	Carapebus	0,455	PA	143ª	Pacajá	0,759
GO	1ª	Anhanguera	0,455	AL	101ª	Piranhas	0,752
PE	1ª	Toritama	0,457	PI	221ª	Curimatá	0,744
PA	1ª	Melgaço	0,459	MA	217ª	São R. das Mangabeiras	0,737
PB	1ª	Riacho dos Cavalos	0,469	SP	645ª	Santana de Parnaíba	0,733
RN	1ª	Serra do Mel	0,472	RN	166ª	Presidente Juscelino	0,732
ES	1ª	Divino de São Lourenço	0,474	MG	853ª	São Gotardo	0,731
PI	1ª	Morro do Chapéu do Piauí	0,476	CE	184ª	Acopiara	0,724
MS	1ª	Bataiporã	0,477	PR	399ª	Arapoti	0,723
MT	1ª	Vera	0,478	RO	52ª	Rio Crespo	0,716
CE	1ª	Guaiúba	0,491	SC	293ª	Abelardo Luz	0,716
TO	1ª	Wanderlândia	0,496	AC	22ª	Marechal Thaumaturgo	0,711
RO	1ª	Santa Luzia d'Oeste	0,497	MT	126ª	Tabaporã	0,71
AL	1ª	Cajueiro	0,505	SE	75ª	Poço Redondo	0,692
AM	1ª	Codajás	0,532	ES	77ª	Iconha	0,679
AC	1ª	Plácido de Castro	0,549	PB	223ª	Cabedelo	0,677
RR	1ª	Bonfim	0,551	AP	16ª	Oiapoque	0,668
AP	1ª	Ferreira Gomes	0,564	RJ	91ª	Miguel Pereira	0,642

Elaboração Dirur/Ipea com dados Do Censo 2000.

Por exemplo, na tabela 6, enquanto em Arco-Íris (SP) houve queda do índice de Gini de 0,67 para 0,47 e queda da renda *per capita* de R\$ 157,89 para R\$ 156,67, entre 1991 e 2000, em Jutai (AM) o índice cresceu de 0,55 para 0,82, o que a tornou a cidade mais desigual do Brasil, enquanto sua renda *per capita* caiu de R\$ 74,41 para R\$ 60,79 no mesmo período de comparação. Não se pode deixar de considerar, no entanto, que um aumento hipotético percentualmente igual da renda *per capita* de todos os habitantes de um município manterá constante o índice de Gini deste município, mas representará um aumento no bem-estar de todos seus moradores. Políticas de redução permanente da desigualdade de renda no município devem procurar elevar a qualificação da mão-de-obra e a oferta de emprego para os trabalhadores menos qualificados. Como exemplo tem-se as políticas de educação e saúde e as políticas de estímulo à produção e a competitividade do município em relação ao resto do país, que elevariam a demanda local por mão-de-obra.

Como argumentam Tochetto *et al.* (2004), vários impactos do crescimento econômico, além do aumento na renda, afetam o nível de bem-estar dos indivíduos, como melhorias nas condições de habitação e saneamento, saúde, educação, discriminação etc. Neste trabalho utilizar-se-á a definição da taxa de pobreza que se baseia na apresentada pelo Atlas de Desenvolvimento Humano. Essa taxa representa o número de residentes no município que ganha abaixo de R\$ 75,5, em valores de 1º de agosto de 2000, em relação ao número total de residentes. Por exemplo: uma família com quatro pessoas seria considerada pobre se tivesse uma renda familiar abaixo de R\$ 302.

A pobreza no país, definida pela renda familiar, durante muitos anos permaneceu ligada à divisão urbana/rural da população: no limiar da década de 1970, como a maioria da população se concentrava na área rural, ali se localizava também a maioria dos pobres. Deve-se considerar, no entanto, que o campo possui atividades não-monetárias que possibilitam condições melhores de vida que em meio urbano com uma renda maior. Como exemplo, pode-se citar a produção de subsistência, o escambo rural e um custo de vida mais barato, como menores gastos com moradia e transporte. Se o campo oferece alimentação e moradia mais baratas, por outro lado, o acesso a vários serviços públicos básicos, como saúde, é menor que nas cidades.

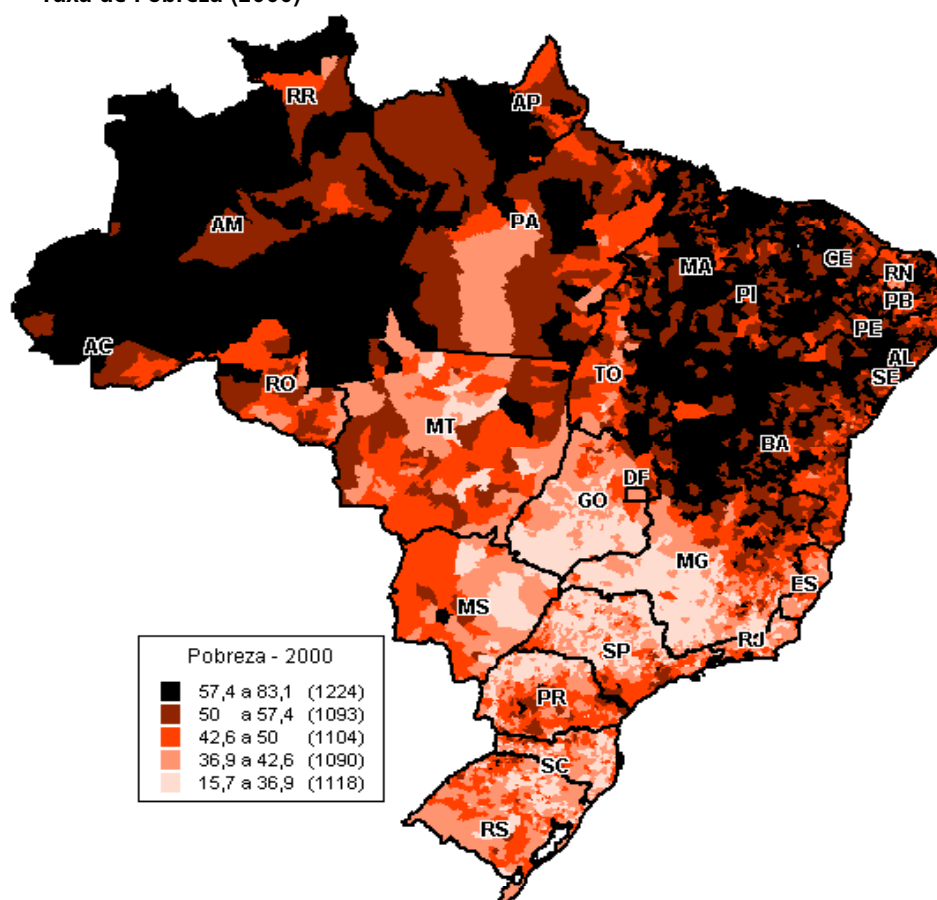
A taxa de pobreza brasileira tem caído desde a década de 1970. Parte dessa queda deve-se ao aumento da renda *per capita* brasileira, que foi significativo naquela época. Ainda assim, a queda da taxa de pobreza absoluta poderia ter sido bem maior caso o crescimento da renda tivesse sido repartido de forma equânime; ou seja, tivesse sido neutro do ponto de vista distributivo. Na realidade, o crescimento brasileiro reduzia a taxa de pobreza por aumentar a renda das famílias, mas como esse aumento foi maior para as famílias mais ricas que ofertam mão-de-obra mais qualificada ele elevou a desigualdade. Além da redução da taxa de pobreza das últimas três décadas, também ocorreu uma redução considerável do hiato entre a renda dos pobres e a linha da pobreza: de 12,8% em 1970 para 1,16% do PIB em 2000.

Rocha (2004) argumenta que apenas parte da redução da pobreza foi explicada pelo aumento da renda média brasileira, pois outro fato importante foi a mudança na distribuição da pobreza no território nacional. Houve intensa migração do meio rural para o urbano em busca de melhores salários e condições de vida. Parte desses migrantes conseguiu aumentar suas rendas e melhorar suas condições de vida, enquanto outra parte manteve-se pobre, mas agora em meio urbano, o que elevou a densidade populacional e a taxa de pobreza dos centros urbanos. No meio rural ocorreram a universalização da previdência social, a crescente cobertura de benefícios

assistenciais e a criação de programas de transferências de renda. Como visto na seção 2.2, o crescimento desses benefícios teve impacto maior sobre a pobreza na área rural, onde o custo de vida é mais baixo do que na zona urbana.

Outro fato importante para a redução da pobreza foi a drástica redução da taxa de inflação brasileira com o Plano Real, em 1994. O término da inflação teve um impacto positivo imediato na renda das famílias que ganhavam salários insuficientes ou não tinham conhecimento para evitar a depreciação mensal dos salários, aplicando-os em fundos de rendimentos diários e desconto automático.⁵ Além disso, o salário mínimo foi aumentado em 42% em 1995, afetando diretamente os benefícios previdenciários e assistenciais. Esse aumento acentuado na base de distribuição teve efeitos diretos sobre a redução da pobreza absoluta.

MAPA 10
Taxa de Pobreza (2000)



Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

Barros *et al.* (2001) mostram que países com rendas *per capita* similares às do Brasil têm taxas de pobreza muito menores e argumenta que, comparativamente a outros países em desenvolvimento, o Brasil está entre os que apresentam melhores condições de enfrentar a pobreza de sua população. O mapa 10 mostra que, assim como os outros indicadores analisados anteriormente, a intensidade da pobreza também é

5. A taxa mensal de inflação medida pelo IGP-M caiu de 45,2% e 40% em junho e julho de 1994, respectivamente, para 7,56% e 1,75% em agosto e setembro de 1994, atingindo 0,84% em dezembro de 1994.

muito diferenciada ao longo do território nacional. Apesar de encontrar alguns municípios com altas taxas de pobreza no Sul e Sudeste, pode-se observar que a maior parte dos municípios com altas taxas de pobreza encontra-se no Norte e Nordeste.

Esse mapa não revela, no entanto, outro ponto importante a ser considerado para o desenvolvimento das políticas de combate à pobreza: a densidade de pobres. Políticas de combate à pobreza em municípios com altas taxas de pobreza, como os municípios rurais do interior do Norte e Nordeste, mas com baixa densidade populacional, devem ser diferentes das políticas para municípios com baixas taxas de pobreza, mas com locais com altas densidades de pobres, como as favelas das capitais brasileiras.

3 CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

3.1 NORTE

O Norte do Brasil é a região de maior área geográfica e mais baixa densidade populacional do país. Esta região teve a maior taxa de natalidade e crescimento populacional entre 1991 e 2000 no país. A dinâmica de urbanização e industrialização vivida pelo resto do Brasil vem ocorrendo nesta região há apenas pouco mais de duas décadas. O desenvolvimento industrial tem alterado o padrão de consumo da população e exercido forte poder de atração sobre a população rural para os núcleos urbanos. Esses se concentram ao longo das rodovias e são separados por extensas faixas de floresta.

Vêm ocorrendo várias mudanças nos padrões de uso da terra, na divisão social e regional do trabalho e com a associação de interesses locais e internacionais. Enquanto o setor agropecuário expande suas frentes agrícolas e industriais, sociedades civis e internacionais pressionam a população e o governo em defesa de causas socioambientais: multiplicam-se as unidades de conservação na Amazônia e, incluindo as áreas indígenas, somam hoje quase 33% de todo o território.

A desigualdade de renda e de condições de vida no Norte é imensa, como pode ser observado na tabela 7: a renda *per capita* de Palmas em 2000 –(R\$ 359,05)era 10,4 vezes maior que a do município de Jordão, no Acre – R\$ 34,53. Entre os dez municípios mais ricos, 6 são capitais; e entre os 10 mais pobres, 7 pertencem ao Estado do Amazonas. A tabela 8 mostra outro fato de destaque: todos os 9 municípios que mais cresceram do Norte são de Rondônia, enquanto 6 dos 10 municípios que tiveram a maior queda da renda *per capita* são de Roraima e 4 do Amazonas.

TABELA 7

Classificação dos municípios segundo sua renda *per capita* (2000)

Classificação	Município (Estado)	Renda <i>per capita</i>	Classificação	Município (estado)	Renda <i>per capita</i>
1ª	Palmas (TO)	358,05	449ª	Uiramutã (RR)	49,08
2ª	Belém (PA)	313,93	450ª	Itamarati (AM)	48,23
3ª	Paraíso do Tocantins (TO)	313,72	451ª	Tapauá (AM)	47,73
4ª	Porto Velho (RO)	305,21	452ª	Santo Antônio do Içá (AM)	46,49
5ª	Boa Vista (RR)	299,46	453ª	Santa Rosa do Purus (AC)	45,12
6ª	Vilhena (RO)	288,68	454ª	Fonte Boa (AM)	44,09
7ª	Ji-Paraná (RO)	269,38	455ª	Envira (AM)	43,72
8ª	Ariquemes (RO)	268,31	456ª	Ipixuna (AM)	39,57
9ª	Rio Branco (AC)	264,43	457ª	Guajará (AM)	36,96
10ª	Manaus (AM)	262,40	458ª	Jordão (AC)	34,53

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 8

Maiores e menores taxas de crescimento anual da renda *per capita* no Norte entre 1991 e 2000

Municípios (Estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Vale do Anari (RO)	12,96%	Careiro (AM)	-6,45%
Alto Paraíso (RO)	11,93%	Guajará (AM)	-6,54%
Cacaulândia (RO)	11,91%	Fonte Boa (AM)	-6,74%
São Miguel do Guaporé (RO)	11,11%	Normandia (RR)	-6,87%
Rio Crespo (RO)	11,09%	Codajás (AM)	-6,88%
Vale do Paraíso (RO)	10,81%	São João da Baliza (RR)	-7,30%
Chapada de Areia (TO)	10,71%	Uiramutã (RR)	-8,17%
Cujubim (RO)	10,50%	Amajari (RR)	-9,57%
Corumbiara (RO)	10,48%	Alto Alegre (RR)	-9,57%
Luzinópolis (TO)	10,43%	Pacaraima (RR)	-9,57%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

O Norte teve a menor taxa de crescimento anual da renda *per capita* na década de 1990: 1,86% frente aos 3,5% da média nacional. O baixo nível de renda de seus municípios, o baixo crescimento econômico e o baixo dinamismo do mercado de trabalho, aliados ao grande aumento das transferências da década de 1990, como mostra a tabela 9, fizeram que a participação do salário na renda caísse em todos os estados. Nos decis dos municípios mais pobres dos estados do Acre, Tocantins e Amazonas essa participação caiu acima de 40%. O aumento das transferências em todos os municípios, além de manter uma taxa de crescimento positiva na região na década de 1990, fez que os municípios com renda *per capita* muito pequena em 1991 tivessem maiores taxas de crescimento. A tabela 10 mostra que o crescimento no decil de municípios mais pobres foi maior que no decil dos mais ricos em todos os estados, com destaque para Rondônia. Em contrapartida, a renda do decil mais rico do Estado de Roraima caiu 52% no período. Outro fato interessante é que apenas 5 municípios tiveram um mercado de trabalho dinâmico o suficiente para garantir um crescimento salarial maior que o crescimento das transferências.

TABELA 9

Os 10 municípios com maior e com menor participação da renda do trabalho na renda total em 2000

Classificação	Município	Participação do salário	Classificação	Município	Participação do salário
1ª	Boa Vista (RR)	80,96	441ª	Jutai (AM)	36,29
2ª	Rurópolis (PA)	80,82	442ª	Goiatins (TO)	35,91
3ª	Ji-Paraná (RO)	79,81	443ª	Atalaia do Norte (AM)	35,64
4ª	Jacundá (PA)	79,52	444ª	Manauquiri (AM)	32,57
5ª	Ulianópolis (PA)	79,37	445ª	Lizarda (TO)	32,54
6ª	Afuá (PA)	78,77	446ª	São Gabriel da Cachoeira (AM)	30,53
7ª	Vilhena (RO)	78,70	447ª	Envira (AM)	29,60
8ª	Paragominas (PA)	78,48	448ª	Barra do Ouro (TO)	28,00
9ª	Barcarena (PA)	78,41	449ª	Normandia (RR)	27,17
10ª	São Francisco do Guaporé (RO)	78,26	450ª	Uiramutã (RR)	25,24

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

Existe grande variação na desigualdade e na dinâmica da desigualdade de renda dos municípios nortistas. O índice de Gini caiu em alguns municípios, como nos mostra a tabela 17, para os decis mais ricos, mas aumentou na média dos municípios de todos os estados, com destaque para os municípios pobres do Acre, que tiveram um aumento de 44%. Entre os dez municípios menos desiguais da região, oito estão no estado do Pará e entre os mais desiguais seis no estado do Amazonas.

TABELA 10

Características dos municípios nos decis mais pobres e mais ricos

Região Norte	Rondônia		Acre		Amazonas		Roraima	
	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico
Renda 91	62,67	201,14	37,56	151,39	47,94	163,52	98,56	335,07
Renda 00	142,05	260,16	51,91	175,04	53,18	132,58	137,26	159,38
Delta Renda	1,28	0,31	0,37	0,14	0,11	-0,22	0,40	-0,52
Participação do salário 91	86,67	88,47	88,54	84,22	76,48	76,96	67,53	71,28
Participação do salário 00	65,70	72,52	47,22	71,67	45,39	60,11	54,24	58,01
Delta participação do salário	-0,24	-0,18	-0,47	-0,15	-0,40	-0,21	-0,17	-0,17
Pobreza 91	59,72	42,43	61,44	48,26	64,32	53,57	54,63	58,46
Pobreza 00	51,44	44,64	67,88	47,95	70,46	57,94	65,67	56,10
Delta pobreza	-0,13	0,06	0,11	0,00	0,10	0,11	0,20	-0,04
% Pop. urbana 91	0,11	0,77	0,07	0,67	0,36	0,50	0,24	0,62
% Pop. urbana 00	0,23	0,82	0,19	0,54	0,45	0,52	0,38	0,51
Gini 91	0,54	0,59	0,46	0,57	0,54	0,59	0,59	0,68
Gini 00	0,56	0,59	0,65	0,59	0,67	0,64	0,70	0,64
Delta gini	0,06	0,00	0,44	0,04	0,27	0,09	0,19	-0,05
% Pop ocup. 91	0,36	0,38	0,27	0,36	0,21	0,26	0,35	0,38
% Pop. ocup. 00	0,30	0,37	0,14	0,31	0,15	0,25	0,23	0,27
Delta % Pop. ocup.	-0,19	-0,01	-0,46	-0,15	-0,24	-0,03	-0,34	-0,27

Região Norte	Pará		Amapá		Tocantins	
	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico
Renda 91	54,10	189,58	64,77	208,33	40,91	193,35
Renda 00	88,10	197,96	87,25	200,04	64,61	206,81
Delta Renda	0,63	0,08	0,40	-0,06	0,59	0,08
Participação do salário 91	82,57	88,16	83,42	86,40	86,19	88,62
Participação do salário 00	62,52	67,70	64,14	68,74	49,18	73,63
Delta participação do salário	-0,24	-0,23	-0,23	-0,20	-0,43	-0,17
Pobreza 91	58,13	46,29	54,21	41,48	61,26	43,59
Pobreza 00	56,91	51,18	54,88	52,40	64,33	43,21
Delta pobreza	-0,02	0,11	0,02	0,26	0,05	0,00
% Pop. urbana 91	0,29	0,51	0,83	0,83	0,32	0,78
% Pop. urbana 00	0,40	0,58	0,41	0,66	0,60	0,88
Gini 91	0,50	0,61	0,51	0,58	0,47	0,62
Gini 00	0,61	0,63	0,60	0,63	0,64	0,60
Delta gini	0,24	0,03	0,17	0,10	0,36	-0,02
% Pop. ocup. 91	0,26	0,35	-	0,30	0,27	0,35
% Pop. Ocup. 00	0,22	0,32	0,24	0,28	0,18	0,38
Delta % Pop. ocup.	-0,12	-0,08	-	-0,06	-0,31	0,08

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 11

Os 10 municípios menos e mais desiguais em 2000

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini	Classificação	Município (estado)	Índice de Gini
1 ^a	Melgaço (PA)	0,459	450 ^a	Jutai (AM)	0,819
2 ^a	São Caetano de Odivelas (PA)	0,473	449 ^a	São Gabriel da Cachoeira (AM)	0,806
3 ^a	Afuá (PA)	0,483	448 ^a	Uiramutã (RR)	0,796
4 ^a	Augusto Corrêa (PA)	0,494	447 ^a	Normandia (RR)	0,789
5 ^a	Wanderlândia (TO)	0,496	446 ^a	Carauari (AM)	0,777
6 ^a	Santa Luzia d'Oeste (RO)	0,497	445 ^a	Atalaia do Norte (AM)	0,774
7 ^a	São Sebastião da Boa Vista (PA)	0,497	444 ^a	Goiatins (TO)	0,77
8 ^a	Nova Timboteua (PA)	0,498	443 ^a	Uruará (AM)	0,766
9 ^a	Limoeiro do Ajuru (PA)	0,500	442 ^a	Apuí (AM)	0,762
10 ^a	Bonito (PA)	0,505	441 ^a	Pacajá (PA)	0,759

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

Na tabela 12, um fato que chama atenção é que o município com o maior percentual da população ocupada é Palmas, com 42,20%; e os municípios com menores percentuais têm apenas entre 9% e 12%. Houve grande variação na taxa de crescimento anual desses percentuais, entre + 7,19% e - 13,26%, mas na maior parte dos municípios houve queda, que foi, em média, mais significativa no decil dos municípios mais pobres.

TABELA 12

Classificação dos municípios segundo a taxa de crescimento do percentual da população ocupada

Classificação	Municípios	Taxa crescimento: participação da pop. ocupada	Classificação	Municípios	Taxa crescimento: participação da pop. ocupada
1 ^a	Manaquiri (AM)	7,19%	440 ^a	Campos Lindos (TO)	-7,88%
2 ^a	Ferreira Gomes (AP)	4,01%	441 ^a	Mateiros (TO)	-8,11%
3 ^a	Aparecida do Rio Negro (TO)	3,38%	442 ^a	Goiatins (TO)	-8,35%
4 ^a	Palmeirópolis (TO)	3,36%	443 ^a	S. Gabriel d Cachoeira (AM)	-8,48%
5 ^a	Cantá (RR)	3,19%	444 ^a	São Paulo de Olivença (AM)	-8,79%
6 ^a	Manoel Urbano (AC)	3,12%	445 ^a	Marechal Thaumaturgo (AC)	-9,00%
7 ^a	Ananás (TO)	3,10%	446 ^a	Jordão (AC)	-9,48%
8 ^a	Cristalândia (TO)	2,96%	447 ^a	Magalhães Barata (PA)	-9,82%
9 ^a	Brasilândia do Tocantins (TO)	2,93%	448 ^a	Guajará (AM)	-10,95%
10 ^a	São Francisco do Guaporé (RO)	2,83%	449 ^a	Uiramutã (RR)	-13,26%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

3.2 NORDESTE

A região Nordeste tem a menor renda *per capita* do país, como pode ser observado na tabela 13, e, apesar de ter experimentado taxa média de crescimento equivalente à média nacional, seu crescimento foi motivado pelo aumento das transferências de renda do governo federal. O aumento das transferências, aliado ao baixo dinamismo do mercado de trabalho do Nordeste, provocou queda na participação do salário na renda total de seus residentes da ordem de 4,01% ao ano. Outra evidência da dependência das transferências é o fato de cerca de 30% dos municípios da região terem mais da metade de sua renda total proveniente de transferências.

Já se viu anteriormente que a remuneração salarial no Nordeste caiu na década de 1990, sendo o aumento das transferências o responsável pelo aumento da renda *per capita*. Caso a dinâmica do mercado de trabalho da década de 1990 se repita nas próximas décadas, e como a restrição orçamentária da União deve reter o processo de crescimento das transferências, a renda *per capita* do Nordeste entrará em queda. Outro fator adverso do crescimento de renda que pode originar-se do crescimento das transferências é a possibilidade de desestimular as pessoas a entrarem e se adequarem ao mercado de trabalho formal, pois, como a remuneração salarial é muito baixa nessas regiões, os indivíduos podem se dedicar a outras atividades, tendo as rendas assistenciais como garantias de renda mensais.

Houve queda do percentual da população ocupada em todos os estados da região entre 1991 e 2000, com uma redução de 29% para os municípios do decil mais pobre e 5% do decil mais rico. Apenas 8 municípios na região têm a relação da população ocupada sobre a população total acima de 50%. Isso pode ser explicado por um alto percentual de crianças com até 10 anos de idade e de idosos que não trabalham, ou por ter muitos municípios rurais, em que a pessoa não informou a ocupação, pois trabalhava para sustento próprio, ou ainda por omissão da informação por parte do entrevistado.

TABELA 13

Os 10 municípios mais ricos e os 10 mais pobres em 2000

Classificação	Município	Renda <i>per capita</i>	Classificação	Município	Renda <i>per capita</i>
1ª	Recife (PE)	392,46	1779ª	Santana do Maranhão (MA)	38,41
2ª	Aracaju (SE)	352,74	1780ª	Paulino Neves (MA)	38,24
3ª	Salvador (BA)	341,32	1781ª	Cachoeira Grande (MA)	37,83
4ª	Natal (RN)	339,92	1782ª	Poço das Trincheiras (AL)	37,61
5ª	João Pessoa (PB)	334,69	1783ª	Milton Brandão (PI)	36,82
6ª	Lauro de Freitas (BA)	322,43	1784ª	Betânia do Piauí (PI)	35,49
7ª	Fortaleza (CE)	306,70	1785ª	Santo Amaro do Maranhão (MA)	35,13
8ª	Cabedelo (PB)	302,76	1786ª	Belágua (MA)	31,93
9ª	Maceió (AL)	282,99	1787ª	Manari (PE)	30,43
10ª	Parnamirim (RN)	263,01	1788ª	Centro do Guilherme (MA)	28,38

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 14

Características dos municípios nos decis mais pobres e mais ricos

Região Nordeste	Maranhão		Piauí		Ceará		Rio G. do Norte		Paraíba	
	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico
Renda 91	33,74	93,90	30,53	89,83	36,01	102,92	40,65	119,04	34,25	97,54
Renda 00	52,05	122,14	55,41	122,07	59,11	128,26	66,78	165,51	63,25	132,93
Delta Renda	0,56	0,30	0,82	0,36	0,66	0,24	0,65	0,39	0,85	0,33
Participação do salário 91	84,41	85,06	82,23	79,80	82,15	82,85	77,13	78,98	72,60	74,24
Participação do salário 00	56,43	68,02	56,09	62,85	45,00	62,83	36,91	62,72	52,83	60,19
Delta participação do salário	-0,33	-0,20	-0,32	-0,21	-0,45	-0,24	-0,52	-0,20	-0,27	-0,19
pobreza 91	66,56	51,03	69,59	54,26	67,47	51,48	65,65	46,69	68,02	50,88
pobreza 00	65,11	50,72	61,91	52,32	65,55	50,86	63,75	44,64	60,68	48,86
Delta pobreza	-0,02	0,00	-0,11	-0,03	-0,03	-0,01	-0,03	-0,04	-0,11	-0,04
% Pop urbana 91	0,13	0,48	0,01	0,66	0,28	0,69	0,35	0,75	0,22	0,70
% Pop urbana 00	0,33	0,67	0,29	0,71	0,38	0,72	0,42	0,79	0,39	0,75
Gini 91	0,46	0,55	0,47	0,58	0,50	0,58	0,51	0,54	0,49	0,55
Gini 00	0,59	0,59	0,55	0,60	0,62	0,59	0,61	0,56	0,56	0,56
Delta gini	0,28	0,09	0,18	0,04	0,25	0,01	0,21	0,04	0,16	0,02
% Pop. ocup. 91	0,31	0,30	0,31	0,34	0,30	0,35	0,30	0,37	0,31	0,34
% Pop. ocup. 00	0,23	0,29	0,24	0,29	0,19	0,30	0,16	0,33	0,23	0,29
Delta % Pop. ocup.	-0,27	-0,02	-0,23	-0,11	-0,37	-0,12	-0,45	-0,08	-0,24	-0,13

Região Nordeste	Pernambuco		Alagoas		Sergipe		Bahia	
	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico
Renda 91	42,59	148,71	38,84	110,85	49,86	123,64	40,27	129,11
Renda 00	60,72	184,44	50,06	130,34	65,35	145,98	65,64	165,78
Delta Renda	0,45	0,24	0,28	0,18	0,31	0,15	0,63	0,29
Participação do salário 91	78,78	80,54	80,16	79,12	82,19	81,82	81,54	82,05
Participação do salário 00	43,58	63,32	36,84	60,04	58,72	64,38	47,96	64,43
Delta participação do salário	-0,45	-0,21	-0,54	-0,24	-0,28	-0,21	-0,41	-0,21
pobreza 91	64,20	46,12	64,51	50,62	58,40	47,58	63,81	50,52
pobreza 00	63,96	47,02	71,75	53,45	60,50	49,46	61,75	49,37
Delta pobreza	0,00	0,02	0,11	0,06	0,04	0,04	-0,03	-0,02
% Pop. urbana 91	0,26	0,82	0,24	0,67	0,28	0,68	0,23	0,75
% Pop. urbana 00	0,35	0,86	0,30	0,72	0,38	0,74	0,32	0,82
Gini 91	0,50	0,57	0,47	0,56	0,47	0,55	0,48	0,61
Gini 00	0,61	0,59	0,69	0,62	0,59	0,57	0,59	0,62
Delta gini	0,23	0,05	0,46	0,09	0,25	0,05	0,25	0,02
% Pop. ocup. 91	0,31	0,35	0,32	0,31	0,28	0,34	0,28	0,32
% Pop. ocup. 00	0,17	0,32	0,15	0,27	0,23	0,32	0,23	0,32
Delta % Pop. ocup.	-0,43	-0,06	-0,52	-0,14	-0,19	-0,06	-0,17	0,01

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

A diferença de renda *per capita* entre os municípios é muito grande. Centro do Guilherme, no Maranhão, é o município com a menor renda *per capita* do país, R\$ 28,38 em 2000, enquanto Recife tem a renda *per capita* de R\$ 392,46, que é 14 vezes maior. A renda e população nordestina estão concentradas nas áreas metropolitanas. Dos dez municípios com maior renda *per capita*, sete são as capitais dos estados e, ainda, entre os dez municípios mais pobres seis pertencem ao Estado do Maranhão. Entre os dez municípios com menor índice de Gini, sete se encontram no Estado da Bahia.

As áreas metropolitanas, além de mais ricas, são mais dinâmicas que a média da região e por isso atraem a população rural, elevando seus custos de aglomeração, o déficit habitacional, a desigualdade de renda e a alta densidade de pobreza em alguns locais dessas cidades. A maior parte dos municípios do Nordeste teve aumento no grau de desigualdade. A tabela 14 mostra que a média do índice de Gini dos municípios do decil mais pobre de Alagoas subiu de 0,49 para 0,69, um aumento de 46%.

3.3 CENTRO-OESTE

A região Centro-Oeste encontra-se em franco desenvolvimento, tanto na zona rural como na zona urbana, nos setores da agricultura e pecuária, indústria, mineração, serviços, bioindústria e turismo. Uma das restrições para um desenvolvimento mais acentuado é a escassez de infra-estrutura, como um sistema de transporte eficiente e energia elétrica para abastecer as atividades locais. Em decorrência da falta de rodovias, ferrovias e hidrovias, algumas regiões do Centro-Oeste têm os maiores custos de transporte do país. Há ainda uma necessidade de diversificação de sua estrutura produtiva. Os recursos naturais dessa região fornecem possibilidades de investimentos no turístico ecológico e na bioindústria, como em medicamentos, cosméticos e em métodos de agregação de valor às *commodities*.

Essa região teve a segunda maior taxa de crescimento da década de 1990. O grau de desigualdade de renda entre seus municípios é menor do que nas regiões Norte e Nordeste. Na tabela 15 vê-se que o município mais pobre da região, Buritinópolis, tinha, em 2000, uma renda *per capita* de R\$ 68,89, que era 8,8 vezes menor que a de Brasília (R\$ 605,41), mas 2,4 vezes maior que a do Centro do Guilherme, no Estado do Maranhão.

TABELA 15

Os 10 municípios mais ricos e os 10 mais pobres da região Centro-Oeste em 2000

Classificação	Município	Renda <i>per capita</i>	Classificação	Município	Renda <i>per capita</i>
1ª	Brasília (DF)	605,41	438ª	Sítio d'Abadia (GO)	96,55
2ª	Campo Novo do Parecis (MT)	514,43	439ª	Mambai (GO)	95,95
3ª	Goiânia (GO)	508,30	440ª	Montividiu do Norte (GO)	95,82
4ª	Sorriso (MT)	461,37	441ª	Cavalcante (GO)	91,50
5ª	Chapadão do Sul (MS)	451,52	442ª	Monte Alegre de Goiás (GO)	91,35
6ª	Cuiabá (MT)	442,10	443ª	Guarani de Goiás (GO)	89,66
7ª	Cláudia (MT)	439,76	444ª	Amaralina (GO)	89,31
8ª	São Gabriel do Oeste (MS)	425,19	445ª	Japorã (MS)	88,74
9ª	Campos de Júlio (MT)	413,17	446ª	Damianópolis (GO)	86,71
10ª	Alto Taquari (MT)	409,13	447ª	Buritinópolis (GO)	68,89

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

As partes oeste do Mato Grosso do Sul, sudoeste do Mato Grosso e nordeste de Goiás apresentam baixa participação da renda do trabalho na renda total e baixos percentuais da população ocupada. A parte nordeste do Mato Grosso e de Goiás também apresentam altos índices de pobreza. Na tabela 16 vê-se que os decis dos municípios mais pobres dos três estados tiveram crescimento da renda *per capita* bem mais elevado que os decis mais ricos. Parte dessa diferença é explicada pelo aumento das transferências da década de 1990, pois a participação do salário nos municípios do decil mais pobre caiu mais que a do decil mais rico. Os municípios dos decis mais pobres também tiveram maior queda da taxa de população ocupada. Apenas em Mato Grosso essa diferença não foi significativa.

TABELA 16

Características dos municípios nos decis mais pobres e mais ricos

Região Centro-Oeste	Mato G. do Sul		Mato Grosso		Goiás	
	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico
Renda 91	84,21	291,72	83,98	303,55	81,64	226,15
Renda 00	146,35	371,83	144,31	341,84	119,90	290,08
Delta Renda	0,77	0,28	0,72	0,15	0,46	0,28
Participação do salário 91	83,94	84,55	87,54	93,60	86,71	88,23
Participação do salário 00	67,98	73,51	64,24	78,48	58,26	75,42
Delta participação do salário	-0,19	-0,13	-0,27	-0,16	-0,33	-0,15
pobreza 91	55,39	35,51	51,55	35,99	50,97	37,63
pobreza 00	47,98	37,45	50,89	40,92	50,53	36,99
Delta pobreza	-0,13	0,06	-0,01	0,17	-0,01	-0,01
% Pop. urbana 91	0,16	0,77	0,44	0,61	0,32	0,80
% Pop. urbana 00	0,25	0,83	0,43	0,79	0,49	0,85
Gini 91	0,56	0,52	0,52	0,60	0,52	0,58
Gini 00	0,55	0,51	0,59	0,60	0,58	0,58
Delta gini	-0,02	-0,02	0,14	-0,01	0,11	0,01
% Pop. ocup. 91	0,45	0,47	0,32	0,44	0,33	0,40
% Pop. ocup. 00	0,33	0,45	0,30	0,42	0,29	0,42
Delta % Pop. ocup.	-0,26	-0,05	-0,05	-0,04	-0,13	0,03

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

3.4 SUL

A Região Sul reúne os melhores indicadores nacionais em educação, saúde e qualidade de vida. Situada na fronteira com os principais parceiros do Brasil no continente, Argentina, Paraguai e Uruguai, sua economia vem se transformando com o crescimento do setor industrial, que é atualmente o segundo do país. A agropecuária também desempenha papel importante na economia da região.

No Sul também existem grandes diferenças de renda entre os municípios, e a mecanização da agricultura e da agroindústria tem expulsado famílias do campo para a cidade e formado bolsões de miséria nas principais cidades da região. Apesar disso, o aumento das transferências da década de 1990 fez que o crescimento da renda *per capita* da maior parte dos municípios menos populosos e mais pobres fosse maior que a dos municípios mais ricos. Esta região teve o maior crescimento médio da renda do trabalho no país, mas como o crescimento da renda mediante transferências foi muito grande, apenas seis municípios tiveram aumento na participação da renda do trabalho na renda *per capita*, como mostra tabela 17. Por outro lado, a maior parte de seus municípios teve queda do percentual da população ocupada.

Fato interessante foi a queda da taxa de pobreza nos municípios que pertencem ao decil com menor renda *per capita*. A tabela 18 mostra que tanto nesses municípios como nos municípios do decil de renda mais alta houve aumento no percentual da população que vive em meio urbano e queda significativa do percentual da população ocupada nos municípios do decil mais pobre.

TABELA 17

Menores e maiores taxas de crescimento da participação da renda do trabalho na renda total no Sul

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Imbituva (PR)	1,33%	Cerro Negro (SC)	-7,67%
Piên (PR)	0,46%	Santana da Boa Vista (RS)	-6,17%
Montauri (RS)	0,38%	Godoy Moreira (PR)	-6,12%
Gramado (RS)	0,11%	Nova Laranjeiras (PR)	-6,05%
Nova Santa Rosa (PR)	0,10%	Entre Rios (SC)	-5,77%
Alfredo Wagner (SC)	0,04%	Santa Rosa de Lima (SC)	-5,10%
Flores da Cunha (RS)	-0,01%	Mato Rico (PR)	-4,97%
Caibi (SC)	-0,04%	Adrianópolis (PR)	-4,62%
Piratuba (SC)	-0,15%	Coronel Domingos Soares (PR)	-4,53%
Paim Filho (RS)	-0,17%	Fernandes Pinheiro (PR)	-4,51%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 18

Características dos municípios nos decis mais pobres e mais ricos

Região Sul	Paraná		Santa Catarina		Rio G.do Sul	
	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico
Renda 91	72,35	244,09	82,43	288,88	84,21	291,72
Renda 00	134,45	309,62	172,80	373,52	146,35	371,83
Delta Renda	0,86	0,27	1,10	0,29	0,77	0,28
Participação do salário 91	86,37	88,01	85,12	86,01	83,94	84,55
Participação do salário 00	67,06	75,65	67,28	74,23	67,98	73,51
Delta participação do salário	-0,22	-0,14	-0,21	-0,14	-0,19	-0,13
pobreza 91	54,87	36,61	52,77	36,08	55,39	35,51
pobreza 00	50,70	37,03	47,22	37,36	47,98	37,45
Delta pobreza	-0,07	0,01	-0,10	0,05	-0,13	0,06
% Pop urbana 91	0,19	0,78	0,21	0,69	0,16	0,77
% Pop urbana 00	0,26	0,86	0,23	0,73	0,25	0,83
Gini 91	0,52	0,56	0,52	0,52	0,56	0,52
Gini 00	0,59	0,55	0,56	0,51	0,55	0,51
Delta gini	0,12	-0,01	0,08	0,00	-0,02	-0,02
% Pop. Ocup. 91	0,41	0,42	0,46	0,44	0,45	0,47
% Pop. Ocup. 00	0,31	0,42	0,35	0,44	0,33	0,45
Delta % Pop. Ocup.	-0,22	0,01	-0,23	-0,01	-0,26	-0,05

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

3.5 SUDESTE

A Região Sudeste é a região mais rica, populosa e de maior diversidade produtiva, econômica e social do país. Ela possui a maior disponibilidade de infra-estrutura, de mercado consumidor e de instituições educacionais e de pesquisa. Dela se escoam a maior parte da produção nacional para o mercado externo. A forte imigração de brasileiros para esta região tem aumentado as periferias e favelas das suas cidades, que são os maiores centros urbanos do país. Os investimentos em habitação, transportes, saneamento, educação e saúde nesses centros não foram suficientes para absorver a grande imigração das últimas décadas, reduzir a taxa de pobreza e garantir cidadania a todos seus habitantes.

Nessa região estão tanto os municípios mais ricos do país, que desenvolvem serviços de alta complexidade e conteúdo tecnológico, como municípios extremamente pobres e agrários, como alguns do norte de Minas Gerais, na região do semi-árido, como mostrado na tabela 19. Também se localizam no Norte de Minas Gerais os municípios com menor participação da renda do trabalho na renda total e a maior queda desta participação entre 1991 e 2000, visto nas tabelas 20 e 21. Poderiam ser implementadas políticas para estender os serviços das grandes cidades do Sudoeste para as cidades médias e pequenas, o que, aliado a políticas habitacionais, poderia encorajar a realocação de empresas industriais e comerciais, desconcentrar a economia e reduzir a pressão demográfica nos grandes centros.

TABELA 19

Os 10 municípios mais ricos e os 10 mais pobres em 2000

Classificação	Município	Renda <i>per capita</i>	Classificação	Município	Renda <i>per capita</i>
1ª	Águas de São Pedro (SP)	954,65	1658ª	Ibiracatu (MG)	61,93
2ª	São Caetano do Sul (SP)	834,00	1659ª	Comercinho (MG)	61,54
3ª	Niterói (RJ)	809,18	1660ª	Santo Antônio do Retiro (MG)	61,53
4ª	Santana de Parnaíba (SP)	762,05	1661ª	Japonvar (MG)	61,09
5ª	Santos (SP)	729,62	1662ª	Verdelândia (MG)	60,71
6ª	Vitória (ES)	667,68	1663ª	Cônego Marinho (MG)	58,31
7ª	Vinhedo (SP)	627,47	1664ª	Padre Carvalho (MG)	56,52
8ª	Campinas (SP)	614,86	1665ª	Fruta de Leite (MG)	55,76
9ª	São Paulo (SP)	610,04	1666ª	São João das Missões (MG)	55,63
10ª	Rio de Janeiro (RJ)	596,65	1667ª	Bonito de Minas (MG)	49,12

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 20

Classificação dos municípios segundo a participação na percentagem da renda do trabalho na renda total

Classificação	Municípios	Participação do salário	Classificação	Município	Participação do salário
1 ^a	São Sebastião da Grama (SP)	83,03	1658 ^a	Itinga (MG)	41,20
2 ^a	Brodósqui (SP)	82,94	1659 ^a	Varzelândia (MG)	41,08
3 ^a	Altinópolis (SP)	82,09	1660 ^a	Rubelita (MG)	40,62
4 ^a	Indianópolis (MG)	81,97	1661 ^a	Santa Cruz de Salinas (MG)	36,94
5 ^a	Maria da Fé (MG)	81,83	1662 ^a	Josenópolis (MG)	36,65
6 ^a	Vista Alegre do Alto (SP)	81,82	1663 ^a	Itacambira (MG)	35,68
7 ^a	Irai de Minas (MG)	81,66	1664 ^a	Miravânia (MG)	35,17
8 ^a	Monte Carmelo (MG)	81,64	1665 ^a	Icaraí de Minas (MG)	34,19
9 ^a	Vila Valério (ES)	81,54	1666 ^a	Cônego Marinho (MG)	34,17
10 ^a	Poço Fundo (MG)	81,53	1667 ^a	Bonito de Minas (MG)	30,14

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 21

Menores e maiores taxas de crescimento da percentagem da renda do trabalho na renda total

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Cerqueira César (SP)	-0,55%	Bonito de Minas (MG)	-10,61%
Itupeva (SP)	-0,53%	Cônego Marinho (MG)	-9,55%
Casimiro de Abreu (RJ)	-0,51%	Icaraí de Minas (MG)	-9,40%
Oliveira (MG)	-0,50%	Miravânia (MG)	-9,27%
Cananéia (SP)	-0,47%	Itacambira (MG)	-9,18%
Itaiaia (RJ)	-0,40%	Santa Cruz de Salinas (MG)	-9,13%
São Sebastião da Grama (SP)	-0,38%	Josenópolis (MG)	-8,44%
Salesópolis (SP)	-0,26%	Rubelita (MG)	-8,05%
Santo Antônio do Amparo (MG)	-0,20%	Ibiracatu (MG)	-7,99%
São Sebastião do Rio Preto (MG)	0,11%	Varzelândia (MG)	-7,91%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

A tabela 22 dá boa visão de como a economia dos municípios do Sudeste difere entre seus estados: enquanto os 10 municípios mais pobres de São Paulo possuíam a renda *per capita* média de R\$ 180,45 em 2000, os 10 municípios mais pobres de Minas Gerais possuíam apenas R\$ 84,27. A taxa de crescimento dos municípios mais pobres foi maior que a dos mais ricos graças ao aumento das transferências. Fato que chama a atenção é o aumento da taxa de pobreza nos municípios do decil dos mais ricos nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, houve maior aumento da desigualdade nos municípios do decil dos mais pobres. Os municípios mais pobres de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo tiveram queda do percentual da população ocupada.

TABELA 22

Características dos municípios nos decis mais pobres e mais ricos

Região Sudeste	Minas Gerais		Espírito Santo		Rio de Janeiro		São Paulo	
	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico	Decil Pobre	Decil Rico
Renda 91	53,68	223,28	79,95	238,47	104,24	304,50	122,11	378,25
Renda 00	84,27	305,49	163,39	334,72	180,60	431,78	180,45	446,71
Delta Renda	0,57	0,37	1,07	0,39	0,75	0,43	0,48	0,17
Participação do salário 91	84,66	85,06	86,22	85,01	81,28	79,07	84,43	85,46
Participação do salário 00	52,98	72,29	73,10	72,00	69,76	68,97	69,67	72,61
Delta participação do salário	-0,37	-0,15	-0,15	-0,15	-0,14	-0,13	-0,18	-0,15
pobreza 91	58,84	37,24	51,80	41,26	47,41	38,87	41,41	35,08
pobreza 00	57,87	35,42	42,35	40,25	39,17	40,28	40,18	42,27
Delta pobreza	-0,01	-0,04	-0,18	-0,02	-0,17	0,04	-0,03	0,23
% Pop urbana 91	0,23	0,80	0,26	0,79	0,46	0,90	0,50	0,92
% Pop urbana 00	0,35	0,85	0,36	0,84	0,58	0,90	0,61	0,94
Gini 91	0,50	0,55	0,52	0,57	0,53	0,57	0,50	0,53
Gini 00	0,59	0,56	0,55	0,58	0,54	0,57	0,53	0,55
Delta gini	0,19	0,01	0,07	0,01	0,04	0,01	0,06	0,04
% Pop. Ocup. 91	0,31	0,41	0,37	0,39	0,37	0,40	0,40	0,42
% Pop. Ocup. 00	0,24	0,41	0,35	0,40	0,38	0,42	0,36	0,41
Delta % Pop. Ocup.	-0,21	0,00	-0,05	0,03	0,03	0,05	-0,10	-0,02

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

4 CORRELAÇÕES DE PEARSON E DE ORDEM DE RANK DE SPEARMAN

Nas seções anteriores, foi apresentada uma análise comparativa entre os diversos indicadores de renda, emprego e desigualdade nos municípios brasileiros, evidenciando as fortes diferenças regionais existentes no país. A partir dessas variáveis, é interessante também estudar o quanto elas se relacionam em nível municipal, de forma que se tenha uma melhor descrição das características do processo de desenvolvimento regional no Brasil. Para estudar a relação entre as diversas variáveis, utilizaram-se a correlação de Pearson e a correlação de Spearman (ver TORABI e DING, 1998). Ressalta-se que esta seção não tem o objetivo de realizar uma análise econométrica rigorosa para estudar a forma funcional da relação entre as variáveis de emprego, renda e desigualdade. O objetivo é apenas apresentar algumas medidas puramente de correlação entre variáveis. Para uma análise mais formalizada, o leitor pode recorrer a Chomitz *et al.* (2005) e Da Mata *et al.* (2005).

4.1 RESULTADOS PARA O BRASIL

Inicialmente foram calculados os coeficientes de correlação considerando-se todos os municípios brasileiros simultaneamente, a fim de se ter uma descrição média da relação entre as diversas variáveis, para todo o país. Os resultados estão apresentados na tabela 23, e revelam alguns resultados interessantes:

- a) A correlação negativa entre o aumento da participação da renda do trabalho na renda total e o aumento da taxa de pobreza e correlação positiva entre o aumento da participação das transferências na renda total e o aumento da taxa de pobreza.

Isso revela que a queda da taxa de pobreza ocorreu ou foi mais significativa nos municípios com mercado de trabalho dinâmico. Nos outros municípios, o aumento das transferências não foi capaz de compensar o baixo desempenho do mercado de trabalho para manter o processo de redução da taxa de pobreza. Ou seja, o aumento da renda mediante salário foi mais eficiente em reduzir a taxa de pobreza que mediante aumento de transferências.

- b) O item mais correlacionado com a queda da desigualdade foi o aumento da participação da renda do trabalho na renda total, sendo seguido pelo aumento do percentual da população ocupada. O aumento da participação das transferências na renda total e o aumento da renda foram correlacionados positivamente com o aumento do índice de Gini, mas esses sinais foram muito próximos a zero.

Esse resultado também revela a importância do dinamismo no mercado de trabalho para o aumento do nível de bem-estar via redução da desigualdade. Soares (2006) mostra, com base em dados anuais de renda *per capita*, coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que ocorreu uma queda da desigualdade no Brasil entre 1995 e 2004. Esse resultado foi obtido pelo cálculo de diversas medidas de desigualdade, incluindo o índice de Gini. Ao decompor o coeficiente de Gini por categoria de renda para calcular os responsáveis por essa queda, Soares mostrou que três quartos $\frac{3}{4}$ da queda foram explicados pelo aumento

na progressividade da renda do trabalho. O outro um quarto $\frac{1}{4}$ se deveu ao aumento da participação do Programa Bolsa-Família na renda, principalmente a partir do ano 2002, e ao aumento das aposentadorias e pensões indexadas ao salário mínimo. Esse item contribuiu para a redução da desigualdade inteiramente mediante aumento em seu peso na renda e não mediante aumento na progressividade, que caiu no período. O resultado de Soares (2006) mostrou que apesar dos programas de transferências serem importantes foi o mercado de trabalho o grande responsável pela desconcentração da renda.

TABELA 23

Correlações de Pearson e Spearman para o Brasil

Brasil	Coeficiente de Correlação de Pearson					Coeficiente de Correlação de Spearman						
	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências	
Delta Renda	1					1						
Delta Gini	0,144	1				0,139	1					
	0,000					0,000						
Delta Emprego	0,137	-0,362	1			0,128	-0,304	1				
	0,000	0,000				0,000	0,000					
Delta Pobreza	-0,479	0,412	-0,229	1		-0,516	0,470	-0,255	1			
	0,000	0,000	0,000			0,000	0,000	0,000				
Delta % Renda do Trabalho	0,135	-0,522	0,619	-0,291	1	0,122	-0,464	0,542	-0,330	1		
	0,000	0,000	0,000	0,000		0,000	0,000	0,000	0,000			
Delta Transferência	-0,129	0,062	-0,289	0,112	-0,183	1	-0,116	0,059	-0,374	0,077	-0,226	1
	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

- c) As correlações para as diferenças entre 1991 e 2000 calculadas neste trabalho, tanto pelo método de Spearman quanto de Pearson, revelam que a variável mais correlacionada com a queda da taxa de pobreza foi o aumento da renda *per capita*, ver tabela 7. Em seguida está a queda da desigualdade, medida pelo índice de Gini, o aumento da participação da renda do trabalho na renda total, o aumento da taxa de população ocupada e, por último, a queda da participação das transferências da renda total.

Mesmo que a queda da desigualdade tivesse maior impacto na redução da pobreza, não seria sensato implementar políticas públicas sem pensar em seu potencial em incentivar o desenvolvimento econômico local. Pode-se comparar, por exemplo, duas situações hipotéticas de crescimento com mudança da desigualdade: a de um estado A com crescimento de 7% ao ano com aumento da desigualdade, em que a renda das famílias mais pobres cresce na faixa de 5% enquanto das mais ricas em 8%; e um estado B com crescimento de 3,5% ao ano com queda da desigualdade, em que a renda das famílias mais pobres cresce a 4,5% enquanto das famílias ricas a 3%. Apesar de a desigualdade cair no estado B e aumentar no A, o crescimento da renda *per capita* das famílias mais pobres do estado A é maior que a do estado B.

Para avaliar o impacto da redução da desigualdade e do aumento da renda *per capita* na queda da taxa de pobreza, Hoffman (2005) mostra que a elasticidade da proporção de pobres em relação ao índice de Gini é maior que em relação ao rendimento médio, sendo igual a 1,54 e -0,83, respectivamente, no ano de 2002. Por outro lado, seus resultados também revelam que essas elasticidades aumentam conforme a renda *per capita* do estado aumenta. Ou seja, o aumento da renda ou a queda da desigualdade reduz mais a taxa de pobreza em estados mais ricos que em estados mais pobres. O resultado de Hoffman revela que a redução da desigualdade

tem um impacto imediato maior sobre a queda da taxa de pobreza do que o crescimento econômico; porém, no longo prazo, o aumento da renda *per capita* pode ser mais importante para a redução da taxa de pobreza que a queda da desigualdade.

4.2 RESULTADOS REGIONAIS

Para complementar a análise anterior, os coeficientes de correlação de Pearson e Spearman foram recalculados, considerando-se apenas os municípios que constituem cada macro-região individualmente. De acordo com as tabelas 24 a 28, o cálculo das correlações para as regiões revelou algumas dinâmicas distintas entre as regiões. Nas regiões Sul e Centro-Oeste o aumento do emprego não se correlacionou significativamente com a queda da desigualdade, enquanto no Norte, Nordeste e Sudeste houve correlação de Spearman de -0,426, -0,361 e -0,259. Esse resultado revela que o aumento do emprego nessas três últimas regiões, principalmente no Norte, esteve relacionado com setores que demandam mão-de-obra menos qualificada.

Os coeficientes de correlação entre o aumento da participação da renda do trabalho na renda total e a queda da desigualdade foram significantes para todas as regiões, mas também foram maiores no Norte e Nordeste, com -0,575 e -0,42, respectivamente, que no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com -0,267, -0,185 e -0,1, respectivamente. A redução da desigualdade via aumento da renda do trabalho, ocorrida principalmente no Norte e Nordeste, pode ser explicada ou por um aumento da demanda por mão-de-obra menos qualificada ou por um aumento da qualificação dos trabalhadores que eleva a oferta de trabalhadores qualificados. A correlação entre o aumento da participação das transferências na renda total e o aumento da desigualdade foi pequena em todas as cinco regiões, não significativa no Norte, mas positiva no Sudeste, 0,231, e negativa no Sul, -0,153.

O aumento da renda foi altamente correlacionado com o aumento da desigualdade no Centro-Oeste, 0,612, e correlacionado em 0,309 no Sul. Nas outras três regiões os coeficientes de correlação também foram positivos e significantes, mas próximos a zero. O Centro-Oeste também foi a região que apresentou os menores coeficientes de correlação entre o aumento da população ocupada e queda da desigualdade e entre o aumento da participação da renda do trabalho na renda total e a queda da desigualdade. Ou seja, ao contrário do Norte e Nordeste, a demanda por trabalho no Centro-Oeste aumentou mais para os trabalhadores qualificados e o conseqüente aumento da renda elevou a desigualdade na região.

Em relação à queda da taxa de pobreza, com exceção da Região Nordeste, o aumento da renda foi mais correlacionado com a queda da taxa de pobreza que a redução da desigualdade. No caso do Nordeste, esses dois coeficientes foram muito próximos. Ainda assim, o coeficiente de correlação entre queda da pobreza e aumento da renda do Nordeste foi o segundo maior, 0,551, sendo o coeficiente do Sudeste o maior dos cinco, 0,56. O Centro-Oeste foi a região que apresentou o menor coeficiente de correlação, -0,326, resultado coerente com a interpretação dos outros resultados expostos anteriormente para esta região de aumento de demanda por mão-de-obra qualificada.

O coeficiente de correlação entre o aumento da desigualdade e o aumento da taxa de pobreza também foi menor na região Centro-Oeste que nas outras regiões. Outro resultado que revela que o aumento da demanda por trabalho no Norte e Nordeste foi maior para a mão-de-obra menos qualificada foram os coeficientes mais

altos entre o aumento da taxa de população ocupada e a queda da taxa de pobreza, -0,487, e -0,403, respectivamente, e o aumento da participação da renda do trabalho na renda total e a queda da taxa de pobreza, -0,559 e -0,427. Destaca-se o fato de o coeficiente de correlação entre o aumento da população ocupada e a queda da taxa de pobreza no Sul ter sido próximo a zero. Além disso, esta região foi a única em que o aumento da participação das transferências na renda foi correlacionado negativamente com o aumento da taxa de pobreza.

TABELA 24

Correlações de Pearson e Spearman para a região Norte

Norte	Coeficiente de Correlação de Pearson					Coeficiente de Correlação de Spearman						
	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências
Delta Renda	1						1					
Delta Gini	0,161 0,001	1					0,175 0,000	1				
Delta Emprego	0,192 0,000	-0,448 0,000	1				0,228 0,000	-0,426 0,000	1			
Delta Pobreza	-0,482 0,000	0,472 0,000	-0,471 0,000	1			-0,513 0,000	0,466 0,000	-0,487 0,000	1		
Delta % Renda do Trabalho	0,102 0,031	-0,597 0,000	0,579 0,000	-0,585 0,000	1		0,129 0,006	-0,575 0,000	0,600 0,000	-0,559 0,000	1	
Delta Transferência	-0,076 0,109	-0,035 0,461	-0,284 0,000	0,106 0,025	-0,131 0,006	1	0,020 0,677	0,033 0,480	-0,294 0,000	0,051 0,279	-0,136 0,004	1

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 25

Correlações de Pearson e Spearman para a região Nordeste

Nordeste	Coeficiente de Correlação de Pearson					Coeficiente de Correlação de Spearman							
	Correlações	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências
Delta Renda		1						1					
Delta Gini		0,143 0,000	1					0,146 0,000	1				
Delta Emprego		0,213 0,000	-0,378 0,000	1				0,194 0,000	-0,361 0,000	1			
Delta Pobreza		-0,539 0,000	0,581 0,000	-0,409 0,000	1			-0,551 0,000	0,563 0,000	-0,403 0,000	1		
Delta % Renda do Trabalho		0,111 0,000	-0,439 0,000	0,669 0,000	-0,431 0,000	1		0,099 0,000	-0,420 0,000	0,659 0,000	-0,427 0,000	1	
Delta Transferência		-0,088 0,000	0,092 0,000	-0,339 0,000	0,094 0,000	-0,283 0,000	1	-0,096 0,000	0,080 0,001	-0,388 0,000	0,071 0,003	-0,330 0,000	1

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 26

Correlações de Pearson e Spearman para a região Sul

Correlações	Coeficiente de Correlação de Pearson						Coeficiente de Correlação de Spearman					
	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências
Delta Renda	1						1					
Delta Gini	0,371 0,000	1					0,309 0,000	1				
Delta Emprego	-0,133 0,000	-0,007 0,820	1				-0,139 0,000	0,027 0,364	1			
Delta Pobreza	-0,367 0,000	0,363 0,000	0,078 0,008	1			-0,421 0,000	0,392 0,000	0,088 0,003	1		
Delta % Renda do Trabalho	0,078 0,008	-0,197 0,000	0,199 0,000	-0,252 0,000	1		0,099 0,001	-0,185 0,000	0,214 0,000	-0,279 0,000	1	
Delta Transferência	-0,035 0,235	-0,121 0,000	-0,449 0,000	-0,128 0,000	-0,144 0,000	1	0,017 0,568	-0,153 0,000	-0,459 0,000	-0,162 0,000	-0,166 0,000	1

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 27

Correlações de Pearson e Spearman para a região Centro-Oeste

Correlações	Coeficiente de Correlação de Pearson						Coeficiente de Correlação de Spearman					
	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências
Delta Renda	1						1					
Delta Gini	0,632 0,000	1					0,612 0,000	1				
Delta Emprego	0,273 0,000	-0,055 0,227	1				0,273 0,000	-0,050 0,292	1			
Delta Pobreza	-0,304 0,000	0,150 0,001	-0,305 0,000	1			-0,326 0,000	0,197 0,000	-0,347 0,000	1		
Delta % Renda do Trabalho	0,126 0,008	-0,110 0,020	0,464 0,000	-0,289 0,000	1		0,130 0,006	-0,100 0,035	0,442 0,000	-0,385 0,000	1	
Delta Transferência	-0,252 0,000	-0,026 0,578	-0,364 0,000	0,233 0,000	-0,194 0,000	1	-0,285 0,000	-0,024 0,613	-0,401 0,000	0,241 0,000	-0,272 0,000	1

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 28

Correlações de Pearson e Spearman para a região Sudeste

Correlações	Coeficiente de Correlação de Pearson						Coeficiente de Correlação de Spearman					
	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências	Delta Renda	Delta Gini	Delta Emprego	Delta Pobreza	Delta % Renda do Trabalho	Delta Transferências
Delta Renda	1						1					
Delta Gini	0,211 0,000	1					0,156 0,000	1				
Delta Emprego	0,237 0,000	-0,328 0,000	1				0,248 0,000	-0,259 0,000	1			
Delta Pobreza	-0,521 0,000	0,359 0,000	-0,273 0,000	1			-0,560 0,000	0,439 0,000	-0,323 0,000	1		
Delta % Renda do Trabalho	0,004 0,867	-0,392 0,000	0,591 0,000	-0,117 0,000	1		-0,016 0,519	-0,267 0,000	0,466 0,000	-0,142 0,000	1	
Delta Transferência	-0,238 0,000	0,266 0,000	-0,449 0,000	0,204 0,000	-0,442 0,000	1	-0,251 0,000	0,231 0,000	-0,479 0,000	0,215 0,000	-0,410 0,000	1

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho descreveu as diferenças de renda, da participação da renda do trabalho na renda total e das transferências na renda total, do percentual da população ocupada, da desigualdade e da taxa de pobreza entre os municípios brasileiros e a dinâmica dessas variáveis entre 1991 e 2000. A diferença da renda *per capita* entre 1991 e 2000 mostrou que a região Sul foi a que apresentou a maior taxa de crescimento do país, seguida pelo Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, com taxas relativamente próximas, e depois pelo Norte, com taxa bem menor. Por outro lado, os municípios pertencentes ao decil de mais baixa renda *per capita* tiveram maiores taxas de crescimento da renda *per capita* que os pertencentes ao decil mais rico em todos os estados. Esse resultado parece indicar um processo de redução da desigualdade de renda dentro dos estados, mas na verdade reflete uma mudança pontual: o aumento das transferências federais para os municípios ocorrido na década de 1990, pois quanto menor for a renda *per capita* inicial do município maior é o impacto do aumento das transferências na renda de seus habitantes.

Para avaliar a capacidade de crescimento de longo prazo dos municípios, deve-se então olhar para a renda do trabalho dos municípios. As tabelas apresentadas neste estudo revelam uma dinâmica perversa entre 1991 e 2000: aumento nos rendimentos do trabalho no Sul, Centro-Oeste e Sudeste, crescimento próximo a zero no Nordeste e negativo no Norte. O crescimento da renda do trabalho também foi maior nos municípios do decil dos mais ricos que nos municípios do decil dos mais pobres.

A única região em que o percentual da população ocupada aumentou foi o Centro-Oeste, com uma elevação anual de 0,08%. Este também foi um resultado perverso: o Nordeste teve a maior queda da taxa de população ocupada, seguida pelo Norte. Os decis mais pobres também tiveram maiores quedas da taxa de população ocupada que os decis mais ricos em todos os estados. Vale observar que o Rio de Janeiro foi o único estado em que o percentual da população ocupada no decil de municípios mais pobres aumentou, e mesmo neste estado a taxa de crescimento deste decil de municípios foi menor que a do decil de municípios mais ricos.

A estimação de correlações entre as variáveis estudadas também revelou resultados interessantes. A queda da participação da renda do trabalho na renda total e o aumento da participação das transferências na renda total estão correlacionados com o aumento da taxa de pobreza. Esse resultado mostra que o aumento das transferências ocorrido na década de 1990 não foi capaz de compensar o baixo desempenho do mercado de trabalho para reduzir a taxa de pobreza.

A estimação para o Brasil mostra que a variável mais correlacionada com a queda da taxa de pobreza é o aumento da renda *per capita*, seguida pela queda da desigualdade, medida pelo índice de Gini, pelo aumento da participação da renda do trabalho na renda total e, por último, pelo aumento da taxa de população ocupada. O item mais correlacionado com a queda da desigualdade foi o aumento da participação da renda do trabalho na renda total, sendo seguido pelo aumento do percentual da população ocupada.

Estimações para as regiões revelam que os coeficientes de correlação mudam ao longo do território: no Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste o aumento da renda está mais correlacionado com a queda da pobreza que a redução da desigualdade, enquanto no Nordeste ocorre o contrário, apesar de a diferença entre os dois

coeficientes de correlação ser muito pequena. Na região Norte a variável mais correlacionada com a queda da taxa de pobreza foi o aumento da participação da renda do trabalho na renda total, e no Centro-Oeste, única região em que o percentual da população ocupada aumentou, a queda da taxa de pobreza foi mais correlacionada com o aumento do percentual da população ocupada. Esses resultados revelam que a redução da taxa de pobreza no Brasil será mais acentuada mediante a formulação de políticas de desenvolvimento das economias dos municípios e de seus mercados de trabalhos locais que mediante transferências e políticas de redução da desigualdade.

REFERÊNCIAS

- AZZONI, C. R. Economic Growth and Regional Income Inequality in Brazil. *The Annals of Regional Science*, Alemanha, v. 35, n. 1, p. 133-152, 2001.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUE, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Ipea, 2001 (Texto para Discussão, n. 800).
- CHOMITZ, K. M. *et al.* Spatial Dynamics of Labor Markets in Brazil. 2005 (World Bank Policy Research Working Paper, n. 3.752).
- CHOMITZ, K.; TEBALDI, E. *Geography and Development in Northeast Brazil: Equity, Efficiency and Environment*. The World Bank, Washington, DC, 2004.
- CRUZ, B.; OLIVEIRA, C. W. de A. *Desigualdades Regionais e Elasticidade de Longo Prazo do Emprego nos Estados do Nordeste com Relação ao Emprego Nacional*. Ipea, 2000 (Texto para Discussão, n. 704).
- DA MATA, D. *et al.* *Determinants of City Growth in Brazil*. 2005 (NBER Working Paper, n. 11.585).
- FERREIRA, A. H. *Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: um comentário*. Belo Horizonte.
- FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; J. A. LITCHFIELD. *The rise and fall of Brazilian inequality: 1981-2004*. Mar. 2006 (World Bank Policy Research Working Paper, n. 3.867).
- HERRÁN, C. *Reducing Poverty and Inequality in Brazil* Inter-American Development Bank. Abr. 2005 (Economic and Social Study Series).
- HOFFMANN, R. Elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade. *Economia*, IE – Unicamp, Recife, PE, v. 6, n. 2, jul./dez. 2005.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Brasília, 2003.
- MAGALHÃES, J. C. R.; MIRANDA, R. B. *Dinâmica da renda, longevidade e educação nos municípios brasileiros*. Ipea, 2005 (Texto para Discussão, n. 1.098).
- METRODATA. *Observatório de políticas urbanas e gestão municipal (IPPUR/UFRJ-Fase)*. Informações básicas das regiões metropolitanas brasileiras. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio>>.
- SOARES, S. S. D. *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004*. Ipea, Brasília, fev. 2006 (Texto para Discussão, n. 1.166).
- TOCHETTO, D. G. *et al.* Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32. *Anais...* n. 47, 2004.
- TORABI, M. R.; DINK, K. Selected Measurement and Statistical Issues in Health Education Evaluation and Research. *The International Electronic Journal of Health Education*, v. 1, p. 26-38, 1998.

ANEXO

TABELAS

REGIÃO NORTE

TABELA 1

Menores e maiores taxas de crescimento da participação da renda do trabalho na renda total no Norte entre 1991 e 2000

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Barra do Ouro (TO)	-11,10%	Benevides (PA)	-0,26%
São Gabriel da Cachoeira (AM)	-10,17%	São Francisco do Guaporé (RO)	-0,22%
Lizarda (TO)	-9,85%	Boa Vista (RR)	-0,20%
Jordão (AC)	-9,42%	Cabixi (RO)	-0,16%
Campos Lindos (TO)	-9,14%	Mucajá (RR)	-0,06%
Itapiratins (TO)	-9,08%	Bonfim (RR)	0,03%
Envira (AM)	-9,05%	Codajás (AM)	0,07%
Lagoa do Tocantins (TO)	-9,04%	Seringueiras (RO)	0,09%
Barcelos (AM)	-8,91%	Theobroma (RO)	0,16%
Rio Sono (TO)	-8,85%	Alvarães (AM)	0,30%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 2

Menores e maiores taxas de crescimento do Índice de Gini no Norte

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Miracema do Tocantins (TO)	-2,29%	Cachoeira do Arari (PA)	4,45%
Mucajá (RR)	-2,19%	Jutai (AM)	4,54%
Lajeado (TO)	-2,04%	Cachoeirinha (TO)	4,71%
Bonfim (RR)	-1,84%	Centenário (TO)	4,78%
Alto Alegre do Parecis (RO)	-1,76%	Tapauá (AM)	4,79%
Candeias do Jamari (RO)	-1,70%	Mosquito (TO)	4,79%
Cacoal (RO)	-1,64%	Jordão (AC)	4,86%
Alto Alegre (RR)	-1,59%	São João da Ponta (PA)	5,33%
Acará (PA)	-1,42%	Nova Esperança do Piriá (PA)	5,36%
Senador José Porfírio (PA)	-1,38%	Marechal Thaumaturgo (AC)	5,46%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 3

Os dez municípios que mais cresceram posições na região norte

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini, 1991	Posição em 1991	Índice de Gini, 2000	Posição em 2000	Nº de posições que o município subiu
1ª	Alto Alegre do Parecis (RO)	0,605	5054	0,518	1312	▲ 3742
2ª	Acará (PA)	0,576	4518	0,510	1058	▲ 3460
3ª	São Miguel do Guaporé (RO)	0,600	4991	0,531	1768	▲ 3223
4ª	Candeias do Jamari (RO)	0,628	5288	0,540	2080	▲ 3208
5ª	Pindorama do Tocantins (TO)	0,575	4490	0,524	1516	▲ 2974
6ª	Bonfim (RR)	0,654	5410	0,551	2534	▲ 2876
7ª	São Francisco do Guaporé (RO)	0,597	4946	0,541	2130	▲ 2816
8ª	Alvorada (TO)	0,613	5153	0,547	2357	▲ 2796
9ª	Novo Progresso (PA)	0,592	4867	0,540	2078	▲ 2789
10ª	Miracema do Tocantins (TO)	0,692	5477	0,559	2843	▲ 2634

Elaboração: Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 4

Os dez municípios que menos cresceram posições na região norte

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini, 1991	Posição em 1991	Índice de Gini, 2000	Posição em 2000	Nº de posições que o município caiu
440ª	Marechal Thaumaturgo (AC)	0,435	260	0,711	5441	▼ 5181
441ª	São João da Ponta (PA)	0,416	100	0,666	5254	▼ 5154
442ª	Nova Esperança do Piriá (PA)	0,402	43	0,643	5067	▼ 5024
44ª	Centenário (TO)	0,443	350	0,669	5278	▼ 4928
444ª	Jordão (AC)	0,450	465	0,690	5385	▼ 4920
445ª	Mosquito (TO)	0,424	151	0,642	5052	▼ 4901
446ª	Tapauá (AM)	0,420	130	0,640	5027	▼ 4897
447ª	Fonte Boa (AM)	0,440	317	0,644	5078	▼ 4761
448ª	Chapada de Areia (TO)	0,459	618	0,672	5303	▼ 4685
449ª	Barcelos (AM)	0,457	575	0,655	5178	▼ 4603

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 5

Classificação de municípios da Região Norte com base em suas taxas de ocupação em 2000

Classificação	Municípios	Emprego/população total	Classificação	Municípios	Emprego/população total
1ª	Palmas (TO)	42,20%	440ª	Santo Antônio do Içá (AM)	11,91%
2ª	Novo Progresso (PA)	42,01%	441ª	Jutai (AM)	11,85%
3ª	Vilhena (RO)	41,90%	442ª	Goiatins (TO)	11,58%
4ª	Paraíso do Tocantins (TO)	40,74%	443ª	Envira (AM)	11,50%
5ª	Gurupi (TO)	40,53%	444ª	Marechal Thaumaturgo (AC)	11,41%
6ª	Palmeirópolis (TO)	39,57%	445ª	Pauini (AM)	11,40%
7ª	Brasilândia do Tocantins (TO)	39,48%	446ª	Jordão (AC)	11,11%
8ª	São Francisco do Guaporé (RO)	39,33%	447ª	Guajará (AM)	10,39%
9ª	Alto Paraíso (RO)	39,11%	448ª	Uiramutã (RR)	10,33%
10ª	Ji-Paraná (RO)	39,06%	449ª	Normandia (RR)	9,41%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

REGIÃO NORDESTE

TABELA 6

Maiores e menores taxas de crescimento da renda *per capita* no Nordeste entre 1991 e 2000

Municípios (estado)	Crescimento anual	Municípios (estado)	Crescimento anual
Mutuipe (BA)	12,38%	Paulo Ramos (MA)	-2,73%
Pajeú do Piauí (PI)	12,15%	Gonçalves Dias (MA)	-2,77%
Quiterianópolis (CE)	11,21%	Olho d'Água do Casado (AL)	-2,90%
São Gabriel (BA)	11,13%	Piranhas (AL)	-3,12%
Caravelas (BA)	11,02%	Santo Amaro do Maranhão (MA)	-3,26%
Ibicoara (BA)	10,96%	Coribe (BA)	-3,46%
Itaueira (PI)	10,81%	Boa Vista do Tupim (BA)	-3,95%
Fernando de Noronha (DE) (PE)	10,71%	Centro do Guilherme (MA)	-4,17%
Balsas (MA)	10,47%	Manari (PE)	-4,21%
Jatobá (MA)	10,40%	Gentio do Ouro (BA)	-4,80%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 7

Classificação dos municípios segundo a participação da renda do trabalho na renda total – região Nordeste em 2000

Classificação	Município	Participação do salário	Classificação	Município	Participação do salário
1ª	Santa Cruz do Capibaribe (PE)	80,50	1779ª	Mirante (BA)	27,44
2ª	São Raimundo Nonato (PI)	79,97	1780ª	Brotas de Macaúbas (BA)	26,97
3ª	Toritama (PE)	79,29	1781ª	Pereiro (CE)	26,78
4ª	Governador Nunes Freire (MA)	78,29	1782ª	Santa Cruz (PE)	26,33
5ª	Miranda do Norte (MA)	78,12	1783ª	Doutor Severiano (RN)	26,30
6ª	Bom Jesus das Selvas (MA)	77,42	1784ª	Venha-Ver (RN)	25,64
7ª	Barreiras (BA)	76,43	1785ª	Cumarú (PE)	25,61
8ª	Barra do Choça (BA)	76,36	1786ª	Coronel João Pessoa (RN)	24,38
9ª	Cristinápolis (SE)	76,00	1787ª	Buritirama (BA)	22,36
10ª	Paço do Lumiar (MA)	75,91	1788ª	Manari (PE)	22,31

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 8

Menores e maiores taxas de crescimento da participação do salário na renda total no Nordeste

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Petrolândia (PE)	-0,16%	Manari (PE)	-12,16%
Lagoa Real (BA)	-0,13%	Cumaru (PE)	-11,86%
Guajeru (BA)	-0,06%	Santa Cruz (PE)	-11,76%
São José de Caiana (PB)	-0,01%	Coronel João Pessoa (RN)	-11,74%
Boa Ventura (PB)	0,10%	Buritirama (BA)	-11,54%
Vila Nova dos Martírios (MA)	0,13%	Pereiro (CE)	-11,47%
Ibiassucê (BA)	0,35%	Mirante (BA)	-11,32%
Governador Eugênio Barros (MA)	0,40%	Brotas de Macaúbas (BA)	-11,13%
Primeira Cruz (MA)	0,44%	Érico Cardoso (BA)	-11,03%
Francisco Ayres (PI)	1,26%	Potiretama (CE)	-10,97%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 9

Classificação dos municípios segundo a desigualdade – região Nordeste em 2000

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini	Classificação	Município (estado)	Índice de Gini
1ª	Barra do Choça (BA)	0,358	1788ª	Formosa do Rio Preto (BA)	0,795
2ª	Itambé (BA)	0,418	1787ª	Trindade (PE)	0,786
3ª	Bonito (BA)	0,437	1786ª	São Bento do Una (PE)	0,783
4ª	Cândido Mendes (MA)	0,445	1785ª	Piranhas (AL)	0,752
5ª	Santa Luzia (BA)	0,449	1784ª	Paramirim (BA)	0,752
6ª	Ribeirão do Largo (BA)	0,452	1783ª	Buritirama (BA)	0,748
7ª	Encruzilhada (BA)	0,453	1782ª	Santa Cruz (PE)	0,746
8ª	São Domingos (BA)	0,454	1781ª	Curimatá (PI)	0,744
9ª	São Domingos (SE)	0,455	1780ª	São Gabriel (BA)	0,743
10ª	Trizidela do Vale (MA)	0,457	1779ª	Traipu (AL)	0,739

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 10

Menores e maiores taxas de crescimento do Índice de Gini no Nordeste

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Barra do Choça (BA)	-3,80%	Nova Olinda do Maranhão (MA)	5,20%
Gonçalves Dias (MA)	-3,31%	Santana do Acaraú (CE)	5,22%
Boa Vista do Tupim (BA)	-3,01%	Monteirópolis (AL)	5,27%
Ibicuí (BA)	-2,77%	Satubinha (MA)	5,32%
Aurora (CE)	-2,66%	Acauã (PI)	5,33%
Guaratinga (BA)	-2,53%	São Gabriel (BA)	5,42%
Barreiros (PE)	-2,34%	São Benedito do Rio Preto (MA)	5,50%
Chã Grande (PE)	-2,12%	São João da Fronteira (PI)	5,56%
Mucugê (BA)	-2,04%	Buritirama (BA)	5,58%
Brumado (BA)	-2,04%	Manari (PE)	6,17%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 11

Os dez municípios que mais cresceram posições na região Nordeste

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini, 1991	Posição em 1991	Índice de Gini, 2000	Posição em 2000	Nº de posições que o município subiu
1ª	Gonçalves Dias (MA)	0,650	5397	0,475	324	▲ 5073
2ª	Aurora (CE)	0,653	5407	0,510	1063	▲ 4344
3ª	Mucugê (BA)	0,587	4763	0,493	650	▲ 4113
4ª	Chã Grande (PE)	0,567	4278	0,468	229	▲ 4049
5ª	Macau (RN)	0,575	4493	0,492	628	▲ 3865
6ª	Macarani (BA)	0,591	4849	0,514	1185	▲ 3664
7ª	Umbaúba (SE)	0,583	4691	0,510	1060	▲ 3631
8ª	Paripiranga (BA)	0,565	4231	0,491	607	▲ 3624
9ª	Saubara (BA)	0,552	3806	0,470	254	▲ 3552
10ª	Viçosa (RN)	0,603	5032	0,524	1519	▲ 3513

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 12

Os dez municípios que mais perderam posições na região Nordeste

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini, 1991	Posição em 1991	Índice de Gini, 2000	Posição em 2000	Nº de posições que o município caiu
1787 ^a	Manari (PE)	0,424	156	0,717	5453	▼ 5297
1786 ^a	São B. do Rio Preto (MA)	0,423	149	0,682	5349	▼ 5200
1785 ^a	São João da Fronteira (PI)	0,431	225	0,696	5409	▼ 5184
1784 ^a	Acauã (PI)	0,420	131	0,667	5260	▼ 5129
1783 ^a	Santana do Acaraú (CE)	0,432	235	0,681	5342	▼ 5107
1782 ^a	Araguanã (MA)	0,425	159	0,666	5255	▼ 5096
1781 ^a	Lagoa do Mato (MA)	0,425	161	0,660	5228	▼ 5067
1780 ^a	Oliveira (AL)	0,428	199	0,667	5261	▼ 5062
1779 ^a	Belágua (MA)	0,445	378	0,694	5402	▼ 5024
1778 ^a	Itatira (CE)	0,433	243	0,667	5262	▼ 5019

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 13

Classificação dos municípios segundo a participação da população ocupada na população total – região Nordeste em 2000

Classificação	Município (estado)	Pop ocup./pop. total	Classificação	Município (estado)	Pop. ocup./pop. total
1 ^a	Santa Cruz do Capibaribe (PE)	61,53%	1779 ^a	Doutor Severiano (RN)	12,44%
2 ^a	Toritama (PE)	59,69%	1780	Estrela de Alagoas (AL)	12,25%
3 ^a	Ibicoara (BA)	51,67%	1781 ^a	Carnaubeira da Penha (PE)	12,13%
4 ^a	São José dos Basílios (MA)	51,46%	1782 ^a	Buritirama (BA)	11,73%
5 ^a	Coreaú (CE)	51,14%	1783 ^a	Quixabá (PE)	11,20%
6 ^a	São Miguel das Matas (BA)	51,02%	1784 ^a	Tarrafas (CE)	10,82%
7 ^a	São Bento (PB)	50,98%	1785 ^a	Formosa da Serra Negra (MA)	10,54%
8 ^a	Mucuri (BA)	50,09%	1786 ^a	Acauã (PI)	10,29%
9 ^a	Carnaúba dos Dantas (RN)	49,93%	1787 ^a	Novo Santo Antônio (PI)	8,62%
10 ^a	Nossa Senhora dos Remédios (PI)	49,39%	1788 ^a	Manari (PE)	8,23%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 14

Classificação dos municípios segundo a taxa de crescimento do percentual da população ocupada – região Nordeste

Classificação	Município (Estado)	Taxa de crescimento: pop. ocup./pop. total	Classificação	Município (estado)	Taxa de crescimento: pop. ocup./pop. total
1 ^a	Macururé (BA)	6,38%	1778 ^a	João Dias (RN)	-12,49%
2 ^a	Saubara (BA)	3,47%	1779 ^a	Centro do Guilherme (MA)	-12,56%
3 ^a	Nova Fátima (BA)	3,32%	1780 ^a	Francinópolis (PI)	-12,69%
4 ^a	Tibau (RN)	3,31%	1781 ^a	Tarrafas (CE)	-12,70%
5 ^a	São João do Arraial (PI)	2,98%	1782 ^a	F. da Serra Negra (MA)	-13,41%
6 ^a	S. Georgino Avelino (RN)	2,66%	1783 ^a	Carnaubeira da Penha (PE)	-13,68%
7 ^a	Mucuri (BA)	2,62%	1784 ^a	Quixabá (PE)	-14,30%
8 ^a	Iramaia (BA)	2,62%	1785 ^a	Acauã (PI)	-15,16%
9 ^a	Barra de São Miguel (AL)	2,60%	1786 ^a	Novo Santo Antônio (PI)	-16,03%
10 ^a	Itapé (BA)	2,55%	1787 ^a	Manari (PE)	-17,27%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

REGIÃO CENTRO-OESTE

TABELA 15

Maiores e menores taxas de crescimento anual da renda per capita na Região Centro – Oeste entre 1991 e 2000

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Rio Quente (GO)	12,11%	Nova Marilândia (MT)	-1,94%
Porto Alegre do Norte (MT)	10,15%	CanaBrava do Norte (MT)	-2,04%
Porteirão (GO)	10,08%	Alcinópolis (MS)	-2,37%
Alto Taquari (MT)	9,58%	Paranhos (MS)	-2,47%
Santo Antônio de Goiás (GO)	9,39%	Juruena (MT)	-2,56%
Alto Garças (MT)	9,35%	Vera (MT)	-2,87%
Vianópolis (GO)	9,27%	Teresina de Goiás (GO)	-3,31%
Rialma (GO)	8,94%	Poconé (MT)	-3,63%
Pontalina (GO)	8,93%	Nova Bandeirantes (MT)	-3,93%
Colíder (MT)	8,66%	Peixoto de Azevedo (MT)	-7,13%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 16

Os dez municípios com maior porcentagem da renda do trabalho na renda total e os dez municípios com menor porcentagem da renda do trabalho na renda total da região Centro-Oeste em 2000

Classificação	Município	Participação do salário	Classificação	Município	Participação do salário
1ª	Chapadão do Sul (MS)	88,49	438ª	Montividiu do Norte (GO)	52,17
2ª	Tabaporã (MT)	87,09	439ª	Porto Estrela (MT)	51,71
3ª	União do Sul (MT)	86,36	440ª	Nova Lacerda (MT)	51,60
4ª	Lucas do Rio Verde (MT)	85,07	441ª	Flores de Goiás (GO)	48,04
5ª	Chapadão do Céu (GO)	84,47	442ª	São Domingos (GO)	47,30
6ª	Santa Carmem (MT)	84,26	443ª	Guarani de Goiás (GO)	46,85
7ª	São Gabriel do Oeste (MS)	83,59	444ª	Sítio d'Abadia (GO)	44,70
8ª	Marcelândia (MT)	83,50	445ª	Buritópolis (GO)	44,69
9ª	Água Clara (MS)	83,19	446ª	Cavalcante (GO)	43,88
10ª	Costa Rica (MS)	83,06	447ª	Monte Alegre de Goiás (GO)	40,37

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 17

Menores e maiores taxas de crescimento da porcentagem da renda do trabalho na renda total no Centro-Oeste

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Marcelândia (MT)	-0,86%	Monte Alegre de Goiás (GO)	-7,99%
Paranaíta (MT)	-0,82%	Cavalcante (GO)	-7,18%
Chapadão do Sul (MS)	-0,74%	Sítio d'Abadia (GO)	-7,00%
Tabaporã (MT)	-0,72%	Guarani de Goiás (GO)	-6,91%
Mara Rosa (GO)	-0,66%	Buritópolis (GO)	-6,74%
Vila Rica (MT)	-0,63%	São Domingos (GO)	-6,33%
Nova Iguaçu de Goiás (GO)	-0,37%	Flores de Goiás (GO)	-6,20%
Alto Horizonte (GO)	-0,26%	Porto Estrela (MT)	-6,03%
São Luiz do Norte (GO)	-0,10%	Nova Lacerda (MT)	-5,87%
Petrolina de Goiás (GO)	0,18%	Montividiu do Norte (GO)	-5,82%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 18

Os dez municípios com menor desigualdade e os dez mais desiguais da região Centro-Oeste em 2000

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini	Classificação	Município (estado)	Índice de Gini
1ª	Anhangüera (GO)	0,455	447ª	Miranda (MS)	0,803
2ª	Águas Lindas de Goiás (GO)	0,457	446ª	Mozarlândia (GO)	0,780
3ª	Maurilândia (GO)	0,460	445ª	Costa Rica (MS)	0,755
4ª	Bela Vista de Goiás (GO)	0,461	444ª	Porangatu (GO)	0,720
5ª	Senador Canedo (GO)	0,461	443ª	Tabaporã (MT)	0,710
6ª	Goianira (GO)	0,463	442ª	Avelinópolis (GO)	0,710
7ª	Aparecida de Goiânia (GO)	0,470	441ª	Alto Taquari (MT)	0,704
8ª	Goianópolis (GO)	0,476	440ª	Guia Lopes da Laguna (MS)	0,699
9ª	Bataiporã (MS)	0,477	439ª	Campo Novo do Parecis (MT)	0,698
10ª	Vera (MT)	0,478	438ª	São João d'Aliança (GO)	0,697

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 19

Menores e maiores taxas de crescimento do Índice de Gini no Centro-Oeste

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Vera (MT)	-2,27%	Alto Garças (MT)	3,42%
Bataiporã (MS)	-2,08%	Cláudia (MT)	3,48%
Bela Vista de Goiás (GO)	-1,97%	Rialma (GO)	3,54%
Cassilândia (MS)	-1,84%	Cotriguaçu (MT)	3,81%
Alcinópolis (MS)	-1,73%	Costa Rica (MS)	3,87%
Vila Rica (MT)	-1,72%	Glória d'Oeste (MT)	4,07%
Piracanjuba (GO)	-1,67%	Avelinópolis (GO)	4,21%
Pedra Preta (MT)	-1,67%	Porteirão (GO)	4,34%
Indiavaí (MT)	-1,58%	Mozarlândia (GO)	4,61%
Nobres (MT)	-1,55%	Tabaporã (MT)	4,69%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 20

Os dez municípios que mais cresceram posições na região Centro-Oeste

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini 1991	Posição em 1991	Índice de Gini 2000	Posição em 2000	Nº de posições que o município subiu
1ª	Vera (MT)	0,591	4864	0,478	369	▲ 4495
2ª	Bataiporã (MS)	0,575	4512	0,477	350	▲ 4162
3ª	Pedra Preta (MT)	0,572	4434	0,491	608	▲ 3826
4ª	Indiavaí (MT)	0,603	5037	0,520	1382	▲ 3655
5ª	Bela Vista de Goiás (GO)	0,552	3824	0,461	180	▲ 3644
6ª	Gouvelândia (GO)	0,571	4416	0,498	780	▲ 3636
7ª	Ouvidor (GO)	0,591	4865	0,517	1272	▲ 3593
8ª	Taquarussu (MS)	0,569	4356	0,506	958	▲ 3398
9ª	Nobres (MT)	0,614	5170	0,533	1839	▲ 3331
10ª	Alcinópolis (MS)	0,615	5181	0,534	1889	▲ 3292

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 21

Os dez municípios que menos cresceram posições na região Centro-Oeste

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini 1991	Posição em 1991	Índice de Gini 2000	Posição em 2000	Nº de posições que o município caiu
437ª	Porteirão (GO)	0,427	193	0,627	4844	▼ 4651
438ª	Glória d'Oeste (MT)	0,439	316	0,631	4918	▼ 4602
439ª	Tabaporã (MT)	0,470	897	0,710	5438	▼ 4541
440ª	Cotriguaçu (MT)	0,452	513	0,631	4919	▼ 4406
441ª	Avelinópolis (GO)	0,488	1447	0,710	5439	▼ 3992
442ª	Gaúcha do Norte (MT)	0,458	617	0,613	4542	▼ 3925
443ª	Rialma (GO)	0,492	1581	0,668	5272	▼ 3691
444ª	S. Antônio do Leverger (MT)	0,491	1544	0,650	5142	▼ 3598
445ª	Cláudia (MT)	0,498	1787	0,677	5323	▼ 3536
446ª	Alto Garças (MT)	0,509	2191	0,693	5400	▼ 3209

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 22

Os dez municípios mais bem classificados e os dez mais mal classificados da região Centro-Oeste em 2000

Classificação	Municípios	Emprego/população total	Classificação	Municípios	Emprego/população total
1ª	Nova Aurora (GO)	54,43%	437ª	Simolândia (GO)	24,44%
2ª	Nova Lacerda (MT)	48,88%	438ª	Água Fria de Goiás (GO)	24,09%
3ª	Sapezal (MT)	48,55%	439ª	Japorã (MS)	23,49%
4ª	Rio Quente (GO)	48,43%	440ª	Mimoso de Goiás (GO)	22,74%
5ª	Campo Novo do Parecis (MT)	47,74%	441ª	Teresina de Goiás (GO)	22,67%
6ª	Chapadão do Sul (MS)	47,43%	442ª	Cavalcante (GO)	21,14%
7ª	Lucas do Rio Verde (MT)	46,92%	443ª	General Carneiro (MT)	19,73%
8ª	Anhanguera (GO)	46,62%	444ª	Monte Alegre de Goiás (GO)	18,89%
9ª	Campo Alegre de Goiás (GO)	46,41%	445ª	Montividiu do Norte (GO)	15,58%
10ª	Nova América (GO)	46,06%	446ª	Buritópolis (GO)	13,20%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 23

Classificação dos municípios segundo a taxa de crescimento do percentual da população ocupada – região Centro-Oeste

Classificação	Municípios	Taxa de crescimento: participação da pop. ocupada	Classificação	Municípios	Taxa de crescimento: participação da pop. ocupada
1ª	Rio Quente (GO)	4,38%	437ª	Guarinos (GO)	-3,35%
2ª	Nova Aurora (GO)	3,77%	438ª	Novo Horizonte do Sul (MS)	-3,39%
3ª	Anhanguera (GO)	3,73%	439ª	Mimoso de Goiás (GO)	-3,53%
4ª	Nova Lacerda (MT)	3,22%	440ª	Água Fria de Goiás (GO)	-3,67%
5ª	Leopoldo de Bulhões (GO)	2,93%	441ª	Nova Bandeirantes (MT)	-3,72%
6ª	Reserva do Cabaçal (MT)	2,92%	442ª	Nova Marilândia (MT)	-3,78%
7ª	Nova América (GO)	2,85%	443ª	Monte Alegre de Goiás (GO)	-4,65%
8ª	Nova Iguaçu de Goiás (GO)	2,80%	444ª	Japorã (MS)	-5,32%
9ª	S. Miguel do P. Quatro (GO)	2,67%	445ª	Montividiu do Norte (GO)	-8,66%
10ª	Varjão (GO)	2,63%	446ª	Buritópolis (GO)	-9,05%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

REGIÃO SUDESTE

TABELA 24

Maiores e menores taxas de crescimento anual da renda *per capita* no Sudeste entre 1991 e 2000

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
São Sebastião do Rio Preto (MG)	12,87%	Padre Carvalho (MG)	-2,73%
Brejetuba (ES)	12,48%	Montalvânia (MG)	-2,79%
Pedra Bonita (MG)	12,32%	Francisco Morato (SP)	-3,00%
Nova Belém (MG)	12,14%	Bastos (SP)	-3,03%
Mutum (MG)	11,51%	Pedrinhas Paulista (SP)	-3,31%
Vieiras (MG)	11,10%	Guataporá (SP)	-3,34%
Buritis (MG)	11,05%	Embaúba (SP)	-3,35%
Caputira (MG)	10,94%	Severínia (SP)	-3,54%
São Gotardo (MG)	10,58%	Manga (MG)	-4,36%
Simonésia (MG)	10,05%	Potim (SP)	-7,35%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 25

Os dez municípios com menor desigualdade e os dez mais desiguais da região Sudeste em 2000

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini	Classificação	Município (estado)	Índice de Gini
1ª	Ariranha (SP)	0,423	1657ª	Santana de Parnaíba (SP)	0,733
2ª	Ibaté (SP)	0,427	1656ª	São Gotardo (MG)	0,731
3ª	Álvaro de Carvalho (SP)	0,429	1665ª	Buritis (MG)	0,721
4ª	Brodósqui (SP)	0,429	1664ª	Guapiara (SP)	0,713
5ª	Palmares Paulista (SP)	0,431	1663ª	Formoso (MG)	0,710
6ª	Estiva Gerbi (SP)	0,431	1662ª	Unai (MG)	0,709
7ª	Borebi (SP)	0,432	1661ª	Carmo do Rio Claro (MG)	0,700
8ª	Várzea Paulista (SP)	0,432	1660ª	Chapada Gaúcha (MG)	0,697
9ª	Santa Gertrudes (SP)	0,433	1659ª	Icaraí de Minas (MG)	0,691
10ª	Elisiário (SP)	0,437	1658ª	Rubelita (MG)	0,690

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 26

Menores e maiores taxas de crescimento do Índice de Gini no Sudeste

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Arco-Íris (SP)	-3,86%	Pontal (SP)	3,81%
Crucilândia (MG)	-3,30%	Rubelita (MG)	3,88%
Bastos (SP)	-3,20%	Nova Serrana (MG)	3,88%
Vila Pavão (ES)	-2,80%	Bom Repouso (MG)	4,02%
Recreio (MG)	-2,60%	Bonito de Minas (MG)	4,11%
Divisa Nova (MG)	-2,54%	Chapada Gaúcha (MG)	4,28%
Taquaral (SP)	-2,45%	Centralina (MG)	4,44%
Jaguaré (ES)	-2,45%	Santa Cruz de Salinas (MG)	4,52%
Patrocínio do Muriaé (MG)	-2,45%	Nova Belém (MG)	4,61%
Baependi (MG)	-2,41%	Carmo do Rio Claro (MG)	4,78%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 27

Os dez municípios que mais cresceram posições na região Sudeste

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini 1991	Posição em 1991	Índice de Gini 2000	Posição em 2000	Nº de posições que o município subiu
1ª	Arco-Íris (SP)	0,67	5436	0,47	262	▲ 5174
2ª	Vila Pavão (ES)	0,62	5190	0,48	473	▲ 4717
3ª	Patrocínio do Muriaé (MG)	0,60	4980	0,48	323	▲ 4657
4ª	Taquaral (SP)	0,60	4984	0,48	391	▲ 4593
5ª	Bastos (SP)	0,67	5437	0,50	887	▲ 4550
6ª	Crucilândia (MG)	0,69	5470	0,51	960	▲ 4510
7ª	Mariápolis (SP)	0,60	4998	0,49	539	▲ 4459
8ª	Divisa Nova (MG)	0,63	5293	0,50	844	▲ 4449
9ª	Piranguçu (MG)	0,58	4601	0,48	368	▲ 4233
10ª	Lavrinhas (SP)	0,63	5336	0,51	1121	▲ 4215

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 28

Os dez municípios que menos cresceram posições na região Sudeste

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini 1991	Posição em 1991	Índice de Gini 2000	Posição em 2000	Nº de posições que o município caiu
1657 ^a	Nova Belém (MG)	0,438	294	0,659	5221	▼ 4927
1658 ^a	Santa Cruz de Salinas (MG)	0,447	417	0,672	5302	▼ 4885
1659 ^a	Carmo do Rio Claro (MG)	0,459	626	0,700	5422	▼ 4796
1660 ^a	Centralina (MG)	0,458	609	0,683	5353	▼ 4744
1661 ^a	Bom Repouso (MG)	0,468	831	0,672	5304	▼ 4473
1662 ^a	Nova Serrana (MG)	0,439	308	0,622	4745	▼ 4437
1663 ^a	Pontal (SP)	0,454	545	0,633	4947	▼ 4402
1664 ^a	Chapada Gaúcha (MG)	0,477	1076	0,697	5415	▼ 4339
1665 ^a	Josenópolis (MG)	0,446	403	0,617	4640	▼ 4237
1666 ^a	Uruçuia (MG)	0,471	914	0,646	5104	▼ 4190

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 29

Os dez municípios mais bem classificados e os dez menos bem classificados municípios da região Sudeste em 2000

Classificação	Municípios	Participação da pop. ocupada	Classificação	Municípios	Participação da pop. ocupada
1 ^o	Monte Sião (MG)	53,07%	1657 ^a	Itacambira (MG)	15,05%
2 ^o	Santana da Vargem (MG)	52,74%	1658 ^a	Icaraí de Minas (MG)	14,61%
3 ^o	Nova Serrana (MG)	52,69%	1659 ^a	Ibiracatu (MG)	14,40%
4 ^o	Holambra (SP)	51,84%	1660 ^a	Josenópolis (MG)	14,34%
5 ^o	Araújos (MG)	51,54%	1661 ^a	Fruta de Leite (MG)	13,94%
6 ^o	Estiva (MG)	51,10%	1662 ^a	Santa Cruz de Salinas (MG)	13,54%
7 ^o	Inconfidentes (MG)	50,92%	1663 ^a	Miravânia (MG)	12,96%
8 ^o	Serra Negra (SP)	50,87%	1664 ^a	Padre Carvalho (MG)	12,44%
9 ^o	Perdigão (MG)	50,80%	1665 ^a	Cônego Marinho (MG)	12,20%
10 ^o	Santa Rosa da Serra (MG)	50,72%	1666 ^a	Bonito de Minas (MG)	10,36%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 30

Classificação dos municípios segundo a taxa de crescimento do percentual da população ocupada – região Sudeste

Classificação	Municípios	Taxa de crescimento: participação da pop. ocupada	Classificação	Municípios	Taxa de crescimento: participação da pop. ocupada
1 ^a	São Sebastião do Rio Preto (MG)	133,72%	1657 ^o	Gonzaga (MG)	-45,74%
2 ^a	Piranguçu (MG)	39,16%	1658 ^o	Itaóca (SP)	-50,40%
3 ^a	Casa Grande (MG)	37,28%	1659 ^o	Josenópolis (MG)	-55,87%
4 ^a	Claraval (MG)	31,55%	1660 ^o	Bugre (MG)	-57,21%
5 ^a	José Gonçalves de Minas (MG)	29,13%	1661 ^o	Fruta de Leite (MG)	-58,33%
6 ^a	Veríssimo (MG)	29,00%	1662 ^o	Santa Cruz de Salinas (MG)	-59,52%
7 ^a	Tiradentes (MG)	27,57%	1663 ^o	Miravânia (MG)	-59,87%
8 ^a	Juruáia (MG)	27,30%	1664 ^o	Cônego Marinho (MG)	-60,72%
9 ^a	Jacutinga (MG)	26,11%	1665 ^o	Padre Carvalho (MG)	-61,71%
10 ^a	Bom Repouso (MG)	25,65%	1666 ^o	Bonito de Minas (MG)	-66,62%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

REGIÃO SUL

TABELA 31

Os dez municípios mais ricos e os dez mais pobres da região Sul em 2000

Classificação	Município	Renda per capita	Classificação	Município	Renda per capita
1 ^o	Porto Alegre (RS)	709,88	1151 ^a	Cândido de Abreu (PR)	108,75
2 ^o	Florianópolis (SC)	701,42	1152 ^a	Benjamin Constant do Sul (RS)	108,10
3 ^o	Balneário Camboriú (SC)	670,28	1153 ^a	Entre Rios (SC)	107,87
4 ^o	Curitiba (PR)	619,82	1154 ^a	Coronel Domingos Soares (PR)	107,81
5 ^o	Luiz Alves (SC)	507,63	1155 ^a	Guaraqueçaba (PR)	107,13
6 ^o	Selbach (RS)	496,40	1156 ^a	Laranjal (PR)	105,86
7 ^o	Caxias do Sul (RS)	490,65	1157 ^a	Mato Rico (PR)	103,89
8 ^o	Itapema (SC)	486,66	1158 ^a	Santa Maria do Oeste (PR)	99,21
9 ^o	Flores da Cunha (RS)	471,37	1159 ^a	Redentora (RS)	96,63
10 ^o	Bento Gonçalves (RS)	466,84	1160 ^a	Doutor Ulysses (PR)	86,00

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 32

Maiores e menores taxas de crescimento anual da renda *per capita* na região Sul entre 1991 e 2000

Municípios (Estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Saudade do Iguaçu (PR)	12,98%	Vista Alegre (RS)	-1,25%
Lajeado do Bugre (RS)	12,53%	Três Cachoeiras (RS)	-1,31%
Macieira (SC)	12,33%	Rancho Alegre d'Oeste (PR)	-1,38%
Putinga (RS)	12,20%	Janiópolis (PR)	-1,38%
Coronel Martins (SC)	12,16%	Tamarana (PR)	-1,65%
Formosa do Sul (SC)	11,86%	São Carlos do Ivai (PR)	-2,60%
São Bernardino (SC)	11,48%	Colorado (RS)	-3,40%
Santa Terezinha do Progresso (SC)	11,16%	Xavantina (SC)	-4,85%
São Domingos (SC)	11,01%	Turuçu (RS)	-4,94%
São Martinho (SC)	10,86%	Ipuaçu (SC)	-5,14%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 33

Classificação da participação do salário sobre a renda total da região Sul em 2000

Classificação	Município	Participação do salário	Classificação	Município	Participação do salário
1ª	São João do Oeste (SC)	82,33	1151ª	Bocaina do Sul (SC)	55,98
2ª	Flores da Cunha (RS)	82,14	1152ª	General Câmara (RS)	55,92
3ª	Morro da Fumaça (SC)	82,12	1153ª	Fernandes Pinheiro (PR)	54,94
4ª	Palotina (PR)	81,79	1154ª	Adrianópolis (PR)	53,19
5ª	Cafelândia (PR)	81,25	1155ª	Santa Rosa de Lima (SC)	52,85
6ª	Tapejara (PR)	81,20	1156ª	Nova Laranjeiras (PR)	51,08
7ª	Tunápolis (SC)	81,17	1157ª	Godoy Moreira (PR)	49,47
8ª	Igrejinha (RS)	81,15	1158ª	Entre Rios (SC)	49,44
9ª	Seara (SC)	81,15	1159ª	Santana da Boa Vista (RS)	45,53
10ª	Três Coroas (RS)	81,08	1160ª	Cerro Negro (SC)	42,08

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 34

Os dez municípios com menor desigualdade e os dez mais desiguais da região Sul em 2000

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini	Classificação	Município (estado)	Índice de Gini
1ª	Santa Maria do Herval (RS)	0,359	1160ª	Santa Vitória do Palmar (RS)	0,804
2ª	Lindolfo Collor (RS)	0,373	1159ª	Arapoti (PR)	0,723
3ª	São José do Hortêncio (RS)	0,375	1158ª	Sengés (PR)	0,717
4ª	Picada Café (RS)	0,377	1157ª	Abelardo Luz (SC)	0,716
5ª	Vila Flores (RS)	0,379	1156ª	Itapema (SC)	0,682
6ª	Fagundes Varela (RS)	0,384	1155ª	Pinhal (RS)	0,680
7ª	Colinas (RS)	0,385	1154ª	Assis Chateaubriand (PR)	0,679
8ª	Benedito Novo (SC)	0,388	1153ª	Mangueirinha (PR)	0,676
9ª	Nova Hartz (RS)	0,388	1152ª	Reserva do Iguaçu (PR)	0,671
10ª	Dois Irmãos (RS)	0,394	1151ª	Nova Laranjeiras (PR)	0,669

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 35

Menores e maiores taxas de crescimento do Índice de Gini no Sul

Municípios (estado)	Taxa de crescimento	Municípios (estado)	Taxa de crescimento
Turuçu (RS)	140,82%	Quitandinha (PR)	3,37%
São Carlos do Ivai (PR)	49,79%	Maracajá (SC)	3,37%
Ipê (RS)	138,10%	Piên (PR)	3,38%
Passo do Sobrado (RS)	135,56%	Foz do Jordão (PR)	3,56%
Ipuaçu (SC)	48,88%	Diamante do Sul (PR)	3,60%
Rondinha (RS)	131,11%	São Martinho (SC)	3,62%
Saldanha Marinho (RS)	130,61%	Schroeder (SC)	3,68%
Pejuçara (RS)	129,09%	Gramado Xavier (RS)	3,81%
Morro Grande (SC)	49,52%	Santa Terezinha (SC)	3,88%
Ituporanga (SC)	45,58%	Braço do Norte (SC)	3,92%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 36

Os dez municípios que mais cresceram posições na região Sul

Classificação	Município (estado)	Índice de Gini 1991	Posição em 1991	Índice de Gini 2000	Posição em 2000	Nº de posições que o município subiu
1ª	São Carlos do Ivaí (PR)	0,656	5416	0,466	217	▲ 5199
2ª	Passo do Sobrado (RS)	0,607	5099	0,451	110	▲ 4989
3ª	Turuçu (RS)	0,685	5471	0,49	582	▲ 4889
4ª	Centenário (RS)	0,604	5051	0,469	243	▲ 4808
5ª	Rondinha (RS)	0,589	4818	0,45	106	▲ 4712
6ª	Três Cachoeiras (RS)	0,623	5251	0,488	540	▲ 4711
7ª	Saldanha Marinho (RS)	0,639	5359	0,494	670	▲ 4689
8ª	Ituporanga (SC)	0,597	4959	0,474	314	▲ 4645
9ª	Ipê (RS)	0,581	4663	0,424	39	▲ 4624
10ª	Morro Grande (SC)	0,595	4924	0,474	313	▲ 4611

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 37

Os dez municípios que menos cresceram posições na região Sul

Classificação	Município (Estado)	Índice de Gini 1991	Posição em 1991	Índice de Gini 2000	Posição em 2000	Nº de posições que o município caiu
1150ª	Braço do Norte (SC)	0,461	679	0,652	5164	▼ 4485
1151ª	Gramado Xavier (RS)	0,447	422	0,625	4808	▼ 4386
1152ª	São Martinho (SC)	0,447	421	0,623	4772	▼ 4351
1153ª	Foz do Jordão (PR)	0,459	629	0,631	4920	▼ 4291
1154ª	Santa Terezinha (SC)	0,441	342	0,615	4587	▼ 4245
1155ª	Maracajá (SC)	0,455	562	0,619	4685	▼ 4123
1156ª	Diamante do Sul (PR)	0,479	1157	0,661	5235	▼ 4078
1157ª	Quitandinha (PR)	0,460	654	0,618	4662	▼ 4008
1158ª	Macieira (SC)	0,485	1351	0,649	5133	▼ 3782
1159ª	Altamira do Paraná (PR)	0,474	1004	0,616	4614	▼ 3610

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 38

Os 10 municípios mais bem classificados e os 10 menos bem classificados municípios da Região Sul em 2000

Classificação	Municípios	Participação da pop. ocupada	Classificação	Municípios	Participação da pop. ocupada
1ª	Ibiam (SC)	60,30%	1150ª	Coronel Martins (SC)	25,27%
2ª	Morro Reuter (RS)	59,08%	1151ª	Coronel Domingos Soares (PR)	24,92%
3ª	Picada Café (RS)	58,36%	1152ª	Honório Serpa (PR)	24,64%
4ª	Santa Maria do Herval (RS)	56,75%	1153ª	Fernandes Pinheiro (PR)	24,45%
5ª	Nova Boa Vista (RS)	56,38%	1154ª	Santiago do Sul (SC)	23,90%
6ª	São Domingos do Sul (RS)	55,85%	1155ª	Cerro Negro (SC)	23,50%
7ª	Dois Irmãos (RS)	55,85%	1156ª	Adrianópolis (PR)	23,00%
8ª	Tupandi (RS)	55,54%	1157ª	Pinhal de São Bento (PR)	21,95%
9ª	Linha Nova (RS)	55,37%	1158ª	Jardim Olinda (PR)	21,26%
10ª	Nova Petrópolis (RS)	55,12%	1159ª	Entre Rios (SC)	18,45%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

TABELA 39

Classificação dos municípios segundo a taxa de crescimento do percentual da população ocupada – região Sul

Classificação	Municípios	Taxa de crescimento participação da pop. ocupada	Classificação	Municípios	Taxa de crescimento participação da pop. ocupada
1ª	Major Gercino (SC)	3,30%	1150ª	Taquaruçu do Sul (RS)	-6,03%
2ª	Porto Amazonas (PR)	3,19%	1151ª	Maximiliano de Almeida (RS)	-6,03%
3ª	Siderópolis (SC)	3,01%	1152ª	Dezesseis de Novembro (RS)	-6,26%
4ª	Ilhota (SC)	2,35%	1153ª	Alegria (RS)	-6,31%
5ª	Porto Rico (PR)	2,32%	1154ª	Pouso Novo (RS)	-6,37%
6ª	Treze Tílias (SC)	2,26%	1155ª	Leoberto Leal (SC)	-6,50%
7ª	Campo Belo do Sul (SC)	2,02%	1156ª	Progresso (RS)	-6,59%
8ª	Botuverá (SC)	1,92%	1157ª	Barros Cassal (RS)	-6,60%
9ª	Turvo (SC)	1,90%	1158ª	Jardim Olinda (PR)	-7,34%
10ª	M. Cândido Rondon (PR)	1,84%	1159ª	Alecrim (RS)	-8,22%

Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

ANEXO 2

GRÁFICO 1
Renda *per capita* – 1991

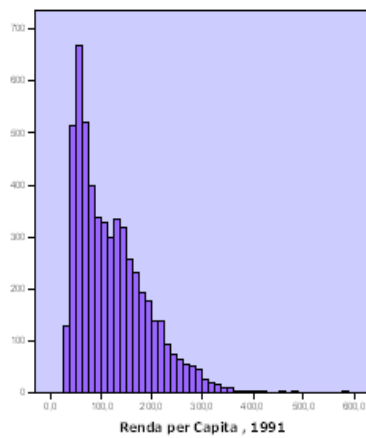
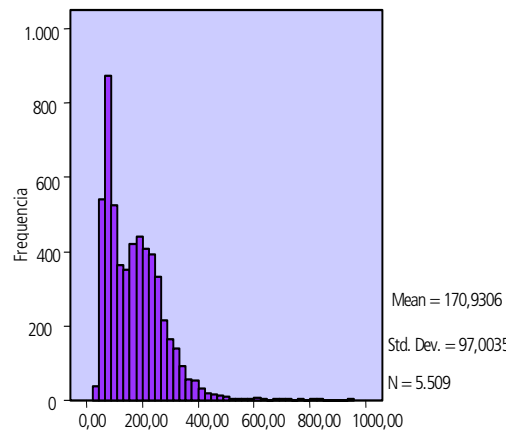


GRÁFICO 2
Renda *per capita* – 2000



Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

GRÁFICO 3
Percentual da população ocupada sobre a população total – 1991

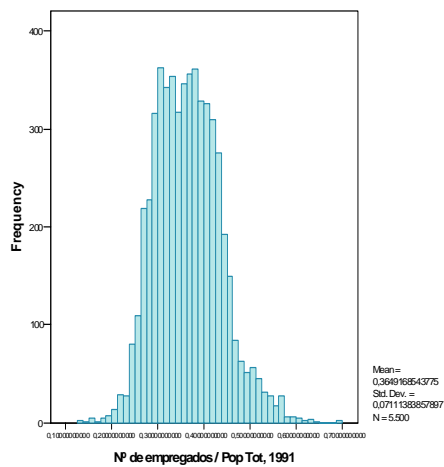
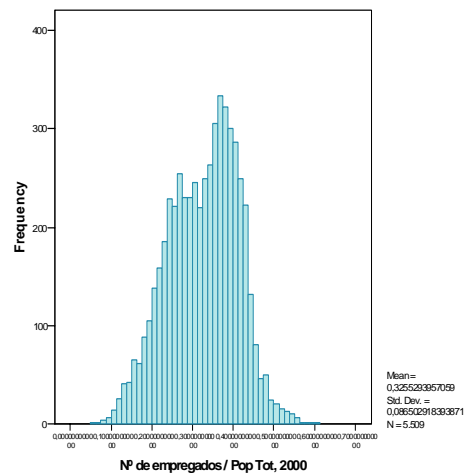


GRÁFICO 4
Percentual da população ocupada sobre a população total – 2000



Elaboração Dirur/Ipea com dados dos Censos de 1991 e 2000 – IBGE.

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Supervisão

Aeromilson Mesquita

Revisão

Sarah Pontes

Camila de Paula Santos (estagiária)

Karen Varella Maia Corrêa (estagiária)

Olavo Mesquita de Carvalho (estagiário)

Sheila Santos de Lima (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Elidiane Bezerra Borges

Luis Carlos da Silva Marques

Gustavo de Souza Ferraz de Oliveira

Rosa Maria Banuth Arendt

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, 9º andar

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5090

Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar – Grupo 609

20044-900 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3515-8433

Fax: (21) 3515-8402

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
9º andar, sala 908

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5406

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br